



# A cidade do Rio Grande: múltiplos estudos históricos

**DEROCINA ALVES CAMPOS SOSA  
FRANCISCO DAS NEVES ALVES (ORG.)  
JUSSEMAR WEISS GONÇALVES  
LUIZ HENRIQUE TORRES  
RETO MONICO**

**146**



UNIVERSIDADE  
**ABERTA**  
www.uabg.pt  
Cátedra CIPSH  
de Estudos Globais  
2020-2025





# A cidade do Rio Grande: múltiplos estudos históricos



COLEÇÃO  
RIO-GRANDENSE

- 146 -



## CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

**Alvaro Santos Simões Junior**

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

**António Ventura**

- Universidade de Lisboa -

**Beatriz Weigert**

- Universidade de Évora -

**Carlos Alexandre Baumgarten**

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

**Ernesto Rodrigues**

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

**Francisco Gonzalo Fernandez Suarez**

- Universidade de Santiago de Compostela -

**Francisco Topa**

- Universidade do Porto -

**Isabel Lousada**

- Universidade Nova de Lisboa -

**João Relvão Caetano**

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

**José Eduardo Franco**

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

**Maria Aparecida Ribeiro**

- Universidade de Coimbra -

**Maria Eunice Moreira**

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –

**Maria Cristina Firmino Santos**

- Universidade de Évora -

**Vania Pinheiro Chaves**

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Derocina Alves Campos Sosa  
Francisco das Neves Alves (org.)  
Jussemar Weiss Gonçalves  
Luiz Henrique Torres  
Reto Monico

# A cidade do Rio Grande: múltiplos estudos históricos



UNIVERSIDADE  
**AbERTA**   
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH  
de Estudos Globais**  
2020-2025



**Biblioteca Rio-Grandense**

Lisboa / Rio Grande  
2026

## **DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO**

### **DIREÇÃO:**

José Eduardo Franco (Coord)  
Carla Oliveira  
Cécile Méadel  
Fabrice d'Almeida  
João Luís Cardoso  
José Ignacio Ruiz Rodríguez  
Valérie Dévillard  
Pierre-Antoine Fabre

### **COMISSÃO PEDAGÓGICA:**

João Relvão Caetano (Coord.)  
Darlinda Moreira  
Jeffrey Scoot Childs  
Rosa Sequeira  
Sandra Caeiro

### **ASSESSORIA EXECUTIVA:**

Cristiana Lucas (Coord.)  
José Bernardino  
Milene Alves  
Paula Carreira  
Susana Alves-Jesus

## **DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE**

**Presidente:** Francisco das Neves Alves  
**Vice-Presidente:** Pedro Alberto Távora Brasil  
**Diretor de Acervo:** Ronaldo Oliveira Gerundo  
**1ª Secretária:** Luciana Coutinho Gepiak  
**2º Secretário:** Marcelo França de Oliveira  
**1º Tesoureiro:** Valdir Barroco  
**2º Tesoureiro:** Mauro Nicola Póvoas

**Ficha Técnica**

- Título: A cidade do Rio Grande: múltiplos estudos históricos
- Organizador: Francisco das Neves Alves
- Autores dos capítulos: Derocina Alves Campos Sosa, Francisco das Neves Alves; Jussemar Weiss Gonçalves, Luiz Henrique Torres e Reto Monico
- Coleção Rio-Grandense, 146
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, 2026

ISBN - 978-65-5306-127-9

**CAPA:** Vista do Porto do Rio Grande - acervo da Biblioteca Rio-Grandense



# SUMÁRIO

**O jornal como espaço de memória: as marcas da sociedade rio-grandina do início do século XX nas páginas do jornal *O Tempo* / 11**

Derocina Alves Campos Sosa

**As potencialidades do Rio Grande ao final do século XVIII na perspectiva da literatura de viagem: o relato de um nobre europeu / 35**

Francisco das Neves Alves

**Em que cidades estamos, em que cidade habitamos: Da liberdade das praças ao controle digital / 61**

Jussemar Weiss Gonçalves

**O Porto Velho do Rio Grande nos cartões-postais (1897-1960) / 75**

Luiz Henrique Torres

**A tragédia do Terreiro do Paço na imprensa rio-grandina (fevereiro de 1908) / 117**

Reto Monico



# O jornal como espaço de memória: as marcas da sociedade rio-grandina do início do século XX nas páginas do jornal *O Tempo*

Derocina Alves Campos Sosa \*

## 1) Introdução

A imprensa e notadamente a imprensa escrita através dos jornais esteve e está inserida na sociedade brasileira de maneira muito intensa. Desde o século XIX, uma grande quantidade de jornais tem servido de porta voz da sociedade e de suas transformações.

Do século XIX ao século XX, os jornais foram se modificando, adquirindo novos formatos e alterando a forma como apresentavam as notícias e os editoriais. No início do século XX, os jornais foram gradativamente adquirindo um formato empresarial em que as técnicas aliadas à uma nova concepção de fazer os jornais foi se transformando. Os jornais foram ficando menos panfletários e pretensamente mais informativos. Cumpre

---

\* Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Doutora em História pela PUCRS.

destacar que as mensagens políticas continuaram existindo, talvez menos explícitas, mas ainda marcavam os jornais do século XX.

Entre esses jornais destacamos *O Tempo*, jornal surgido na cidade de Rio Grande no início do século XX e que avançou até o ano de 1960, quando teve suspensa a sua publicação.

Sobre esse jornal e de como a imprensa escrita reverbera a sociedade na qual está inserida é que propomos esse texto com algumas reflexões a seguir.

## **2) Os jornais na sociedade**

Os múltiplos lugares ocupados pelos jornais desde a modernidade: espaço vivo de produção da atualidade, lugar de agendamento imediato, igualmente lugar de memória, além de repositórios de registros sistemáticos do cotidiano, para posterior apropriação e (re)construção histórica, tem instigado os historiadores que se debruçam sobre o jornal como fonte histórica. Passam a perceber nele as várias camadas de uma fonte que repercute os acontecimentos sociais e que se coloca também como agente que interfere nos acontecimentos sociais

A imprensa, aqui estamos tratando da imprensa escrita, tem a função de porta-voz da sociedade, e como os acontecimentos são captados no momento mesmo que ocorrem, acabam por identificar uma época. Aos historiadores cabem os questionamentos às fontes para extrair um significado, retirando de sua linguagem, os

elementos capazes de representar um determinado período histórico.

Sobre o uso do jornal como objeto e fonte de pesquisa, Leite nos diz que:

Enquanto objeto de estudo e fonte de pesquisa, os jornais, panfletos e revistas tem subsidiado a historiografia em seus domínios e vertentes interpretativas. Com uma quantidade extensa de impressos, desde o século XIX até o nosso século atual, que variam entre jornais locais, regionais, nacionais, especializados, militantes, alternativos ou de humor, os periódicos podem ser estudados por meio de seus editoriais, colunas sociais, sessões econômicas, políticas, informativas, artigos, cartas dos leitores, crônicas, noticiários, dentre diversos outros campos que permitem ao historiador elaborar uma análise por um viés social, político, econômico e/ou cultural (LEITE, 2015:4)

Ainda sobre os jornais e a sua importância, notadamente na história do Brasil, Ana Martins e Tânia de Luca reiteram que:

Os impressos que circularam no Brasil em duzentos anos, não só testemunham, registram e veiculam nossa história, mas são parte intrínseca da formação do país. Em outras palavras: a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se autoexplicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel. Nesse cenário, muitas vezes os personagens são exatamente os mesmos, na imprensa, na política e nas instituições. Em outras, são, no mínimo, bastante próximos, pois intervenções políticas de peso são

decididas no interior das redações, estabelecendo e testemunhando avanços e recuos das práticas dos governos, da dinâmica do país, da formação de seu povo, do destino nacional (MARTINS e LUCA, 2008: 8).

O jornalismo contemporâneo tem suas raízes na cidade, no fenômeno urbano moderno, representado pelas massivas movimentações de coisas e pessoas fomentadas pelo industrialismo. Sodré já destacava que:

“O jornal diário passa a ocupar o lugar onde outrora estiveram o galo, o sino das igrejas e a posição do sol na abóbada celeste na marcação do tempo da vida daqueles seres, desde então urbanizados. É a ideia de um aqui e agora, ou seja, de espaço e tempo entrecruzados, que preside à singularização do fato, segundo o autor”. (Sodré apud Palacios, 2010:40).

Juntamente com o declínio do mundo rural e a acelerada urbanização industrial, a memória cada vez mais se externalizava, à medida que definhavam os últimos traços de um passado oral e camponês e avançava a alfabetização universal, delegando, definitivamente, ao texto, às imagens fotográficas e ao nascente cinema, a tarefa de registrar, no plano pessoal e coletivo, o cotidiano de reis, burgueses e proletários, deixando testemunhos à posteridade.

A cidade teve um papel predominante na reestruturação geral do jornalismo. Em seus primórdios, o jornal ocupava a maior parte de suas edições com notas e documentos oficiais, ao passo que nos finais do século XIX descobriu a cidade como fonte de notícias. O mundo público deixou de limitar-se aos assuntos do

governo ou do comércio, para referir-se a todo fato que, na visão dos jornalistas, tinha interesse coletivo no seio de uma comunidade. Já no século XX, o homem contemporâneo, que via no crescimento das cidades um motivo permanente de angústia exatamente pela perda de um controle sobre a realidade circundante, depositou sobre esse profissional jornalista a missão de levar o fato aos ausentes, a missão de ser o olhar da própria sociedade, perplexa com a velocidade da modernidade, que impedia de ver o que estava acontecendo à sua volta. (Palacios, 2010:40)

O jornalismo é memória em ato, memória enraizada no concreto, no espaço, na imagem, no objeto, atualidade singularizada, presente vivido e transformado em notícia que amanhã será passado relatado. Um passado relatado que, no início, renovava-se a cada dia. E como a memória é, por natureza, múltiplo, coletivo, plural e individualizado, tantos passados relatados haverá quantos forem os relatos registrados: convergentes, conflitantes, contraditórios. (Palacios, *ibidem*: 41)

D'Assunção Barros reforça a importância do jornal e do seu discurso que adquire um peso considerável na sociedade. Para o autor:

Tanto quanto um cronista ou viajante que pretende fazer com que seu público acredite em tudo o que está dito no seu relato de viagens, ou quanto o funcionário ou o general que produz os seus relatórios acerca de uma ação cumprida - ou mesmo o hagiógrafo que pretende convencer a sua plateia de crentes acerca da santidade e dos milagres de seu biografado - os jornais também abrigam discursos

que se pretendem apresentar como verdadeiros. A não ser que seja um jornal de cunho humorístico, a imagem que todo jornal projeta de si na sociedade é a de que ele é um veículo de comunicação e informação comprometido com a verdade (D'ASSUNÇÃO BARROS, 2021:427)

A despeito de toda e qualquer pretensão de objetivismo e imparcialidade, os jornais não são imparciais. Como todo passado, o passado construído pela atividade jornalística nada tem de consensual: trata-se, pelo contrário, de universo de significados disputados conflitivamente, não existindo, portanto, harmonia de versões, nem tampouco história definitiva, versão fechada e acabada de fatos históricos

O jornalismo é um fator constitutivo dos acontecimentos em si. O jornalismo entraria no fluxo de acontecimentos e os moldaria, tanto ativamente como passivamente. Nossa memória dos acontecimentos passados incorpora muitas vezes, as imagens jornalísticas que o próprio jornalismo enquadrou. As memórias dos eventos públicos são, então, indivisíveis de suas coberturas jornalísticas.

O jornal dessa forma, contribui para resguardar essa memória coletiva através das informações que veicula tanto do momento em que os acontecimentos estão se desenvolvendo, quanto de registros de acontecimentos passados sobre as comunidades em que estão inseridos.

Em outra reflexão sobre o papel dos jornais na sociedade contemporânea, D'Assunção Barros registra que:

Barato, periódico, socialmente penetrante, formador de um hábito de consumo, fácil de manusear e descartável - o jornal rapidamente ganhou as massas, armou-se de suas máquinas e se revestiu de seus papéis, pronto a se tornar parte do cotidiano da vida citadina e um dos seus símbolos mais imediatos. Comprar jornais para lê-los, ou espiar a sua primeira página de notícias mesmo que no exemplar fixado à porta de uma redação ou na banca de jornal, tornou-se um hábito para um grande número de habitantes das cidades. Depois: comentar suas notícias; acreditar nelas, comover-se com o que dizem, temer as suas consequências, encher-se de alguma esperança ou simplesmente assistir, nos diversos textos articulados de um jornal, à passagem da vida em todos os seus aspectos: a política, a vida, a morte exposta nos obituários, a compra e venda anunciada nos classificados, as notícias sobre o país e o mundo, a expectativa da guerra e paz, a sensualidade e o crime, o humor das charges, o gol e a notícia inesperada. Todas estas coisas trazidas pelo jornal, sob a forma de diversão, esperança, medo ou angústia, tornaram-se parte da vida moderna (D'ASSUNÇÃO BARROS, 2021:429)

A importância dos jornais para reconhecer as sociedades nas quais estiveram inseridos foi também destacado por Alves. Para ele:

Ao constituir-se num elemento essencial do desenvolvimento da maior parte das sociedades contemporâneas, tendo sua ação voltada aos mais amplos setores que caracterizaram e caracterizam estas mesmas sociedades, a imprensa ganhou de forma crescente - e hoje já totalmente consolidada -

o status de “fonte histórica”, estando, portanto, à disposição dos pesquisadores para, a partir dos jornais, analisar vários dos elementos constitutivos que marcam a existência humana, sejam eles o social, o político, o econômico, o ideológico, o religioso, o cultural, entre outros. No que tange à história política, a qual vem sendo revitalizada nas últimas décadas, o jornalismo consiste em uma fonte ímpar, deixando transparecer, de modo menos ou mais velado/aberto as ações, as alianças, os conchavos, os desmandos, as disputas, as críticas e as idiossincrasias que demarcam a vida política de uma dada comunidade (ALVES, 2001:2)

A pesquisadora americana Barbie Zelizer propõe três hipóteses acerca da relação entre memória e jornalismo. A primeira seria a de que o jornalismo tem feito seu “trabalho mnemônico” desde que as primeiras ideias sobre memória coletiva se formaram e que as evidências disso emergem das próprias práticas jornalísticas. A segunda aponta que alguma presença do jornalismo tem sido implícita no que diz respeito às ideias de memória em evolução, “não em sua margem, mas em seu centro”. A terceira diz que ideias iniciais e recentes sobre estudos da memória foram uniformemente negligentes ao não articularem o papel mnemônico cada vez mais central do jornalismo. (Zelizer apud Candida, 2020:141)

Sobre as narrativas jornalísticas, o filósofo francês Paul Ricoeur em seu texto *Tempo e Narrativa*, defende que elas vão além da imitação, já que há uma dimensão criadora nesse processo, seja pelo agenciamento dos fatos na configuração da narrativa, seja pela presença do “leitor” nesse processo de reconfiguração.

Assim, os meios de comunicação (entre eles, o jornal) desempenham também nas sociedades contemporâneas, papel crucial na produção da ideia de história e de memória. Ao mediar as relações dos sujeitos históricos com o cotidiano, produzem no âmbito do senso comum, sentidos para os processos históricos nos quais estão inseridos, participando também da constituição das subjetividades

O jornal aponta os fatos que devem ser memoráveis no futuro, revestindo-os de relevância histórica. Constitui-se, portanto, em lugar de memória da contemporaneidade.

É possível acreditar que diversas dimensões temporais (presente/passado/futuro) encontram-se estampadas nas páginas dos jornais. O presente, apesar de sua efemeridade, revela-se como o mais atuante tempo do jornal, já que este é feito para durar apenas um dia, ser logo descartado e substituído por outro. No entanto, acreditamos que o jornal é também um “lugar de memória”, construído para durar além daquele tempo rápido e vertiginoso. Interessa-nos saber como se revela esse aspecto que liga o jornal que é filho do presente, ao passado, à história e à memória. Relacionado também ao futuro e ao devir está o jornal. Também observamos que a perspectiva de duração se alonga também para frente, quando compreendemos que seu conteúdo quer chamar atenção para o tempo futuro, através da tentativa de prevê-lo. É através desse tempo dialético e semiótico que podemos conceber e observar o jornal. (Santos, 2009:1)

Ainda sobre a memória, depreendemos que, tal como o passado não é a história, mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus

objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica.

O conceito de memória é crucial. A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.

### 3) O Jornal *O Tempo*

*O Tempo* - Órgão fundado em Rio Grande a 1º de dezembro de 1906, sob a responsabilidade de Paulo Pacheco, Alípio Cadaval e outros, apresenta-se por vezes de maneira mais independente das orientações do governo federal.

Encontramos informação de que o jornal tenha se iniciado bem antes ou houve na década de 1870-1880, um outro com o mesmo nome, pois o primeiro número consta em 1906. Teve longa duração e, está relacionado ainda de 1944 a 1959, na coleção Agostinho José Lourenço (existente na Biblioteca Rio-Grandense de Rio Grande), com a observação de que foi suspensa a publicação em 1960.

O jornal era publicado com um número de quatro páginas, podendo chegar a mais em épocas de edições comemorativas ou aos finais de semana. Existiu entre ele e um outro jornal da cidade: *O Rio Grande* uma certa rivalidade, típica de cidades onde a imprensa escrita estava dividida entre dois periódicos.

Sobre o jornal do início do século XX, que adotou padrões diferentes daqueles do século XIX, podemos ler em Dúnia Azevedo que:

No Brasil, a passagem do século XIX para o XX foi marcado por grandes investimentos na expansão do parque gráfico, resultando no aumento expressivo do número de jornais. A introdução da fotografia, do telégrafo, novas máquinas de impressão (rotativas) e composição (linotipo) permitiram a redução de custos e agilizaram consideravelmente a produção. Pouco a pouco, a imprensa migrou de uma fase artesanal para a industrial. O jornalismo literário do início do século começou a ceder lugar a um jornalismo mais noticioso, no qual a reportagem passa a ser valorizada. Os classificados que apareceram já na década de 1820 ganham mais espaço e a publicidade assumiu importância a partir de 1920. Na virada do século apareceu, também, nos jornais a estereotípia – reprodução de textos e imagens por meio do flan, matriz que era um molde de papelão e gerava chapas curvas para a impressão em rotativas. O fim do século XIX e o início do XX foram épocas férteis para o surgimento de novos jornais com edições diárias (AZEVEDO, 2009:9)

Nesse contexto das transformações dos jornais é que se insere o jornal *O Tempo* que a exemplo de outros jornais espalhados pelo Brasil e que não estão nas capitais, acaba por reproduzir as notícias veiculadas nos grandes jornais. Essas notícias extraídas dos jornais maiores chegavam inclusive, com atrasos, por vezes, de dias.

Ainda sobre esse cenário do início do século XX, Barbosa apresenta as seguintes observações:

Assim, do ponto de vista de uma história do jornalismo, o século XX foi o momento em que se definiram os parâmetros da profissão, que o jornalismo se construiu como lugar simbólico específico, que se estruturou como lugar de fala reconhecido e autorizado, que se construíram as grandes empresas aumentando sua ingerência em relação ao poder político e que houve, enfim, uma autonomização reconhecida (e, sobretudo, buscada) em relação ao campo literário. Enfim, que o século XX foi o momento em que o campo jornalístico se constituiu como lugar de fala, disputas e reconhecimento e se instaurou o profissionalismo em torno do ser (e do fazer) jornalismo. Portanto, falar dos cenários de transformação do jornalismo na primeira metade do século XX é se referir a múltiplos processos que coexistiram em diversos espaços e tempos sociais. Claro que essas transformações não foram unívocas: em muitos lugares, continuou-se a praticar um jornalismo que mais tinha a ver com as práticas do século XIX, jornal de um homem só, aparecido ao sabor de interesses momentâneos, de poucas páginas, repleto de opiniões particulares e particularistas. (Barbosa, 2012:474)

#### **4) Alguns recortes da sociedade Rio-Grandina nas páginas do jornal *O Tempo***

Destacamos a seguir algumas notícias trazidas pelo jornal no início da sua fundação. São notícias que



No recorte acima vemos uma manifestação clara de apologia ao sentimento do munícipe, evocando os leitores para que se unissem em defesa dos interesses do município que, segundo o jornal, não recebia o tratamento adequado por parte dos entes públicos estaduais.

No recorte seguinte que trata do Rio Grande industrial, o jornal chamava a atenção para a capacidade industrial do município à época. Já nesse recorte, o jornal anunciava que faria uma série de artigos para destacar o valor industrial e comercial da cidade do Rio Grande. Conclamava todos nessa defesa e destacava que as memórias das conquistas materiais da cidade teriam sempre no jornal, o espaço para que esses registros não se perdessem.









Quarta-feira, 12 de Dezembro de 1906

# O TEMPO

Orgão dos interesses geraes

RIO GRANDE-ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Redacção e Officinas  
RUA EW BANK N. 9  
End. telegr. — TEMPUS

PREÇOS DE ASSIGNATURAS

Na cidade	Fora da cidade
Anno . . . . . 20\$000	Anno . . . . . 22\$000
Semestre . . . 10\$000	Semestre . . . 11\$000

## Concursos d' "O Tempo"

Consoante o uso da imprensa moderna nas cidades adiantadas e no sentido de tornar O TEMPO o mais util possível, resolvemos instituir um concurso publico, com direito a TREZ PREMIOS.

Cada pessoa que apresentar no escriptorio d' O Tempo cincoenta dos *coupons* gratuitos emittidos especialmente por esta folha e que sahirão publicados todos os dias, até ao encerramento do concurso, está apto a concorrer ao

### Sorteio d' «O Tempo»

recebendo em troca, na mesma occasião, um bilhete numerado.

Em dia previamente designado e de fórmula publica, far-se-á o sorteio dos

### TREZ VALIOSOS PREMIOS

que O Tempo offerece por esse meio aos seus leitores, ou sejam

#### Uma machina de costura

de acreditado fabricante e escolhida a capricho;

#### Um terno de casemira

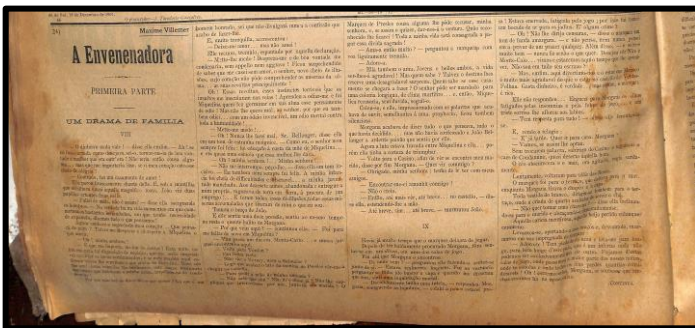
artisticamente confeccionado, sob medida, no acreditado atelier do *Palais Royal*;

#### Uma duzia de retratos

feitos no conceituado *Atelier Fontana*.

Estes objectos de immediata uti-

Outra marca que o jornal veiculava em linha com outros jornais da época era a veiculação de obras literárias que como as novelas da atualidade, eram apresentadas em capítulos diários no jornal. Assim a constatação de que a literatura no Brasil surgiu primeiro nos jornais, fica aqui evidenciada. O recorte a seguir traz o romance *A Envenenadora* de Maxime Villemer, pseudônimo de Anne Violet, espécie de gênero policial que alcançou grande popularidade no início do século XX e que repercutiu muito na sociedade carioca. Reproduzia o machismo da sociedade e forma desigual em que eram tratadas as mulheres em relação aos homens.



## 5) Considerações Finais

Ao longo do texto propusemos apresentar o jornal *O Tempo* como jornal que representa uma sociedade e uma época, apresentando possibilidades de identificação dessa mesma sociedade através das páginas do jornal.

Em que pesem todas as observações e necessidade do instrumental teórico e técnico para trabalhar com a fonte jornal, reconhecemos que, o que ali está presente, nos possibilita investigar variados temas de pesquisa.

Reconhecer que os jornais nos abrem essas portas do cotidiano de uma cidade em uma época dada, reconfigura um espaço potencialmente rico ao historiador/historiadora que vislumbra aí um cenário com informações diversas e significativas para a pesquisa histórica.

Não se tem a pretensão de reconstruir uma época, isso sabemos, é impossível, o que nós historiadoras e historiadores podemos perscrutar é um caminho potente de pesquisa e estudo.

## **Referências Bibliográficas**

ALVES, Francisco das Neves. **Imprensa e Política: algumas reflexões acerca da investigação histórica.** História em Revista, Pelotas, v. 7, 93-115, dezembro/2001

AZEVEDO, Dúnia. **A evolução técnica e as transformações gráficas nos jornais brasileiros.** Revista Mediação, Belo Horizonte, Vol. 9, nº 9 jul/dez, 2009.

BARBOSA, Marialva Carlos. **Cenários de transformação: Jornalismo e História no século XX.** Revista da Famecos /PUCRS. Porto Alegre, v. 19, n. 2, pp. 458-480, maio/agosto 2012

D'ASSUNÇÃO BARROS. **Sobre o uso dos jornais como fontes históricas - uma síntese metodológica.** Revista Portuguesa de História, Coimbra - t. LII (2021).

LE GOFF, Jacques, **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios) Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas metodológicas [recurso eletrônico]

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. **Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica.** ESCRITAS Vol. 7 n.1 (2015) Marta R. Maia e Monica Martinez, organizadoras - Santa Cruz do Sul: Catarse, 2018.

OLIVEIRA, Candida. **Poéticas da memória para um jornalismo contemporâneo: políticas da escrita em livros jornalísticos sobre a ditadura civil-militar brasileira** (Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina). UFSC, 2010.

PALACIOS, Marcos. **Convergência e memória: jornalismo, contexto e história.** Revista Matrizes. São Paulo: Editora da USP, Ano 4 - N° 1 jul./dez. 2010.

RICOUER, Paul. **Tempo e Narrativa.** Campinas, São Paulo: Papirus, 1994.

SANTOS, Regma Maria dos. **Cidade e memória nas crônicas de Rachel de Queiroz**. Anais do SILEL. Volume 1. Uberlândia: EDUFU, 2009.



# **As potencialidades do Rio Grande ao final do século XVIII na perspectiva da literatura de viagem: o relato de um nobre europeu**

Francisco das Neves Alves<sup>\*</sup>

A contribuição dos cronistas que se referiram aos aspectos físicos e à presença humana no Rio Grande do Sul vem sendo, ao longo do tempo, significativa para as reconstruções históricas entabuladas acerca do território e da população sul-rio-grandenses. São narrações descomprometidas com fundamentos de ordem teórico-metodológica, do ponto de vista historiográfico, bem como empreendidas por indivíduos não necessariamente vinculados a algum tipo de formação científica específica, prevalecendo, em muitos casos, a expressão de naturalistas, para definir os autores, ainda mais por tratar-se de momentos históricos nos quais muitas das ciências estavam ainda em fase de definição de seus

---

<sup>\*</sup> Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de trezentos livros.

campos de atuação e objetos de trabalho, predominando, assim, visões multifacetadas, nas quais são englobados em uma só versão, elementos constitutivos de variadas áreas do conhecimento humano<sup>1</sup>.

Verdades inquestionáveis ou asserções esquecidas debaixo dos tapetes da historiografia – esses têm sido, normalmente, os destinos dados aos relatos de cronistas estrangeiros que fizeram referências às terras e à gente rio-grandense-do-sul, desde tempos remotos até outros mais contemporâneos. Ainda que pinçadas e realçadas ou mesmo esquecidas propositalmente em alguns de seus detalhes pelos historiadores, as narrativas dos viajantes/estudiosos estrangeiros passaram, já há muito tempo, a constituir verdadeira pedra de toque da produção historiográfica sobre o Rio Grande do Sul. A carência de outras fontes, a visão *in loco*, o testemunho ocular dos fatos, a narração de momentos cotidianos são apenas alguns dos fatores que tanto têm elevado a relevância desses cronistas como autores de obras que servem a uma melhor compreensão histórica da evolução humana rio-grandense<sup>2</sup>.

Tais relatos e depoimentos firmaram-se como documentos de natureza histórica, não como fontes

---

<sup>1</sup> ALVES, Francisco das Neves. História regional e cronistas estrangeiros no Rio Grande do Sul: o estudo de um historiador rio-grandino. In: ALVES, F. N. & PRADO, D. P. (orgs.). *Anais do X Ciclo de Conferências Históricas*. Rio Grande: FURG, 2003. p. 153-154.

<sup>2</sup> ALVES, Francisco das Neves. Cronistas estrangeiros no Rio Grande do Sul sob uma perspectiva historiográfica: dois estudos de caso. In: *Revista Scientia Histórica*. v. 3. Rio Grande: Associação dos Pós-Graduados em História da Cidade do Rio Grande, 2006. p. 27-28.

inquestionáveis - pois sempre serão passíveis de contestações e de controvérsias -, mas como contraponto às ideias tradicionais e correntes na literatura produzida pelos autóctones. O Rio Grande do Sul foi, desde os primeiros tempos, um constante espaço de trânsito para os países platinos e andinos, polo de atração para imigrantes europeus e área de deslocamento de militares e funcionários em serviço. Essa série de fatores, naturalmente, tornaria o Rio Grande um foco de movimentação de forasteiros curiosos, que legaram diários, memórias e reportagens de heterogênea qualidade literária e variável objetividade, porém de indiscutível significado global, como fontes de informação e de juízo crítico<sup>3</sup>.

Ainda que fossem inúmeras as nacionalidades, com forte predominância dos europeus, procedimentos os mais variados e objetivos de viagem extremamente diversificados, um fator seria o elo entre esses cronistas, ou seja, a vontade de transmitir suas vivências nas terras meridionais do Brasil. Alguns deles ganhariam mais notoriedade, outros permaneceriam quase que obscurecidos, mas todos trariam em seus relatos o desvelar de elementos da história gaúcha, envolvendo desde questões estruturais/conjunturais até as circunstanciais, e desde fenômenos decisivos até o mais desprezioso pormenor. Revelando suas visões de mundo e chamando atenção, mormente para o que consideravam diferente em relação ao seu *modus vivendi*, as narrações dos cronistas estrangeiros transformar-se-

---

<sup>3</sup> NOAL FILHO, Valter Antonio & FRANCO, Sérgio da Costa. *Os viajantes olham Porto Alegre (1754-1890)*. Santa Maria: Anatterra, 2004. p. 7.

iam em formidáveis fontes ou mesmo objetos de pesquisa de natureza histórica<sup>4</sup>.

No caso da localidade do Rio Grande, a visita/permanência, resultando em textos descritivos/ narrativos foi uma constante ao longo da história da vila/cidade, até por que a mesma constituía ponto de passagem praticamente inevitável aos viajantes. Dentre esses cronistas, alguns deles fizeram referências às potencialidades

---

<sup>4</sup> ALVES. 2006. p. 28. Acerca da importância dos relatos dos cronistas estrangeiros, Nelson Werneck Sodré afirma: “O Brasil foi, desde os seus aparecimentos na História, visitado por estrangeiros de todos os tipos e percorrido, sob os mais diversos motivos de interesse, por nacionais e alienígenas. A respeito de nossa terra, a maior parte deles escreveu livros interessantes. Na relação desses livros, que alguns investigadores têm organizado, comentado e arrolado, existe, certamente, muita coisa desestimável, obra de pura exploração, do exagero descomedido, da mania de causar espanto, aventura, inverdade, cego desabafo ou incompreensão irreduzível. Mas existem também, e até com abundância, depoimentos de inegável interesse, insubstituíveis em muitos casos, para estudos de determinadas regiões e de determinados problemas, escritos por homens de ciência ou por simples viajantes ou por criaturas dedicadas a alguma tarefa específica, como a do comércio, cheio de cuidados observação e de informações que merecem fé. Não há quem possa, na verdade, fazer estudo apurado do Brasil, particularmente do Brasil antigo, da fase colonial e mesmo da fase imperial, sem a consulta a tais relatos”. SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973. p. 346.

econômicas rio-grandinas, fosse ao abordar esse elemento no âmbito conjuntural local ou regional, fosse em estudos específicos sobre os mesmos. A “porta da Província”, no dizer de um desses viajantes, se transformaria assim em tema recorrente nos textos dos cronistas estrangeiros<sup>5</sup>.

Em seus deslocamentos e nos relatos a partir deles realizado, tais cronistas estariam empreendendo uma literatura de viagem, a qual constitui um subgênero literário que se mantém vivo do século XV ao final do XIX, cujos textos, de caráter compósito, entrecruzam Literatura com História e Antropologia, vindo buscar na viagem temas, motivos e formas. Nesse quadro a viagem aparece como a descrição do deslocamento e os destaques daquilo que pareceu digno de registro: a descrição da terra, fauna, flora, minerais, usos, costumes, crenças e formas de organização dos povos, comércio, organização militar, ciências e artes, assim como os seus enquadramentos antropológicos, históricos e sociais<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> ALVES, Francisco das Neves. *Porto e Barra do Rio Grande: uma secular aspiração que se tornou realidade (uma introdução ao tema)*. Porto Alegre: CORAG, 2007. p. 19-22.

<sup>6</sup> CRISTÓVÃO, Fernando. Para uma teoria da Literatura de Viagens. In: CRISTÓVÃO, Fernando (coord.). *Condicionantes culturais da literatura de viagens: estudos e bibliografias*. Coimbra; Lisboa: Almedina; Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa, 2002. p. 35.

Na perspectiva de tal literatura, o ato de viajar passou a ter um valor superior, de modo que o rompimento com a vida cotidiana era desejável e os atrativos de uma localidade estavam diretamente ligados à novidade e ao exótico. Os anseios apareciam voltados a conhecer e ver mais claramente certos aspectos do mundo e permeavam os interesses de alguns grupos da sociedade, em um contexto pelo qual o conhecimento de outras culturas exerceu um fascínio sobre os homens. Desse modo, seduzidos pela diferença, muitos viajavam a fim de identificar os padrões que moviam as sociedades ou o faziam por interesses econômicos e políticos, e também muitos seguiram para outros continentes, a fim de percorrer terras pouco visitadas<sup>7</sup>.

O pensamento em torno da literatura de viagem compreende um conjunto de textos que à viagem foram buscar temas, motivos e formas, os quais, na sua globalidade, se identificam como um conjunto autônomo, distinto de outros conjuntos textuais<sup>8</sup>. Em muitos casos eram estabelecidas narrações em geral ligeiras, trazendo relações e Itinerários, tendo como forma narrativa frequente a

---

<sup>7</sup> ASSUNÇÃO, Paulo de. Literatura de viagem: experiência e comunicação de novas ideias. In: QUINTEIRO, Sílvia; BALEIRO, Rita & SANTOS, Isabel Dâmaso (orgs.). *Turistas, viajantes e lugares literários*. Faro: Universidade do Algarve, 2016. p. 158.

<sup>8</sup> CRISTÓVÃO, 2002. p. 15.

crônica, de fôlego mais curto. Além disso, intensificou-se a informação de caráter menor, o gosto da novidade que se comunica imediatamente, o culto do efêmero, a coloquialidade, a menção aos pequenos fatos, a multiplicidade de encontros e enfim, a factualidade da vida quotidiana, a evocação de encontros, o encadeado dos afetos e das lembranças<sup>9</sup>.

As páginas da literatura de viagem construíram as imagens de várias regiões do país, as quais circularam pela Europa durante três séculos, saindo quase exclusivamente das narrativas de viagem legadas por estrangeiros. Nesse sentido, tais narrações criaram, praticamente sem qualquer concorrência, um vocabulário sobre o Brasil para as sociedades do Velho Mundo. Esse vocabulário apresentou poucas variações ao longo dos séculos, nutrindo-se, em larga medida, de repetições, de dar a conhecer o conhecido, de reiterar, com pequenas variações, os mesmos temas e os mesmos personagens. Tais repetições viriam a constituir um discurso com larga aceitação entre o público na conjuntura europeia. A partir de tal perspectiva, os europeus, por meio das notícias vinculadas pelas

---

<sup>9</sup> CRISTÓVÃO, Fernando. Introdução: Literatura de Viagens: da tradicional à nova e à novíssima. In: CRISTÓVÃO, Fernando (dir. e coord.). *Literatura de viagens: da tradicional à nova e à novíssima (marcas e temas)*. Coimbra; Lisboa: Almedina; Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa, 2009. p. 14-15.

narrativas de viagem, compuseram um discurso sobre o Brasil<sup>10</sup>.

Tais relatos de viagem podem contribuir com uma renovação de enfoques, ao apontarem para a ampliação da vida cultural, tanto oficial quanto cotidiana, além de aflorarem as questões de comparatismo literário. Eles ainda trazem consigo a possibilidade de problematizar as questões da interpretação e da alteridade, além da retórica e da ciência, uma vez que levam à interação entre espaços diferentes com sociedades e culturas diversas através de narrativas que se equilibram entre o objetivo e o subjetivo, a realidade e a ficção<sup>11</sup>. Nessa linha, a viagem inclui o que pareceu digno de registro devido à novidade e ao raro testemunho<sup>12</sup>. Assim, a literatura de viagem traz consigo a construção e a evocação de elementos como memórias, experiências, sensações, necessidades e desejos que puderam tornar conhecida uma realidade desconhecida, bem como uma aproximação do outro e de si mesmo no outro,

---

<sup>10</sup> FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII (antologia de textos - 1591-1808)*. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: UNESP, 2012. p. 283-285.

<sup>11</sup> RIBEIRO, Roberto Carlos. Literatura de viagem e historiografia literária brasileira. In: *Letras & Letras*, Uberlândia 23 (1), , jan./jun. 2007, p. 157-158.

<sup>12</sup> ROMANO, Luís Antônio Contatori. Viagens e viajantes: uma literatura de viagens contemporânea. In: *Estação Literária*, Londrina, v 10B, jan. 2013, p. 38.

ou seja, ela se deu com novas experiências para o corpo, seja de quem a produzia ou de quem era “produzido” por ela<sup>13</sup>.

Desse modo, a viagem implicava em comunicar as experiências e as aventuras vividas, ou seja, os viajantes tinham algo a dizer e seus registros apresentaram aspectos dos costumes e das peculiaridades naturais do espaço físico e principalmente de muitos aspectos que abrangem o viajar e os condicionantes que envolviam os deslocamentos. Ao levar seus trabalhos ao público, o cronista estrangeiro, com seu filtro e com os mais diversos interesses, captou momentos da vida e do processo de desenvolvimento dos locais visitados, tecendo comentários breves ou detalhados a respeito do que via e ouvia e registrando de forma lapidar cenas e cenários urbanos e do interior do Brasil. Tais narrativas traziam consigo fragmentos que revelam uma leitura detalhista e instigante de um lugar que pouco a pouco crescia e constituía a sua identidade<sup>14</sup>.

No caso do Rio Grande do Sul, desde o século XVII, ganhando ainda mais corpo a partir da centúria seguinte, foram diversas as narrativas de cronistas descrevendo alguns aspectos e/ou acerca

---

<sup>13</sup> BEZERRA, Carlos Eduardo. A literatura de viagens como heterotopia literária: corpo e gênero em experiências literárias e diálogos interdisciplinares. In: *Revista da ABRALIC*, v. 18, n. 29, 2016, p. 9.

<sup>14</sup> ASSUNÇÃO, 2016, p. 165-166.

das potencialidades das terras gaúchas como possível espaço para a colonização. Dentre elas, podem ser destacadas as dos padres Jerônimo Rodrigues (1605-1607), Antônio Vieira (1626), Luís Pessoa (1658) e Simão de Vasconcelos (1663), as quais se somaram as de Manuel Jordão da Silva (1698), Domingos da Filgueira (1703), Francisco Ribeiro (1704), Manuel Gonçalves de Aguiar (1721) e Francisco de Brito Peixoto (1725), isto para referenciar as que antecederam a ocupação efetiva lusa a partir de 1737<sup>15</sup>.

Tais crônicas apontavam o Rio Grande do Sul como um lugar de significativa viabilidade para o projeto colonial, havendo tanto atrativos de ordem econômica quanto utilidade estratégica em relação ao projeto platino português. A partir da fundação do Rio Grande, em fevereiro de 1737, desencadeando a colonização sulina em nome da Coroa lusitana, as narrativas avolumaram-se, notadamente as da lavra dos portugueses que assumiam seus direitos sobre a região. Entretanto, cronistas de outras nacionalidades também descreveram aquele território sul-brasileiro e as primeiras vivências dos novos colonizadores, durante as etapas da formação e afirmação da colônia, passando pela crise da invasão hispânica e o esforço pela reconquista, até a consolidação

---

<sup>15</sup> Ver: CESAR, Guilhermino. *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul (1605-1801)*. 3.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

definitiva da posse lusitana. Um desses cronistas foi o Conde de Liniers, que apresentou um relato sobre o contexto rio-grandense-do-sul já ao final do século XVIII.

O Conde Jacques-Louis Henri de Liniers<sup>16</sup> foi um nobre francês que atuou intensamente nas cortes de seu país e das duas nações ibéricas, bem como nas possessões coloniais hispânica e lusa. Suas atividades em tais lugares advinham do intrincado momento nas relações internacionais daquela virada do século XVIII para o XIX, agitadas a partir da Revolução Francesa e as transformações dela desencadeadas. Na França chegou a ser nomeado coronel do exército, embora sem atuações no campo militar. A partir da deflagração revolucionária, viajou pela Europa, inclusive para a Espanha, de onde viria para o continente americano. Intentou vários empreendimentos comerciais e industriais, sem maior sucesso, perdendo, inclusive parte da riqueza de origem familiar.

Considerado como um verdadeiro aventureiro, o nobre francês foi um admirador de Napoleão, a quem procurou servir em várias oportunidades. Veio em fins dos Setecentos para

---

<sup>16</sup> Informações sobre o personagem obtidas a partir de: BARRETO, Abeillard. *Bibliografia sul-rio-grandense (a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul)*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultural, 1976. v. 2. p. 826-827.

Buenos Aires, recomendado para estabelecer uma fábrica de gelatina e pastilhas de carne no Rio da Prata. Em 1790, era coronel a serviço da Espanha e foi enviado a Lisboa para estabelecer contatos com a política portuguesa, dadas suas relações com Rodrigo de Sousa Coutinho, político e diplomata de marcante atuação junto à Coroa lusa, na época do processo histórico que levaria à transmigração da Família Real para o Brasil e com o qual Liniers manteve profícuas conversações.

Seu irmão ocupou importantes cargos na administração colonial hispânica na América e, quando transferida a corte lusitana para o Rio de Janeiro, articulou espionagens a serviço daquele, principalmente com relação às aspirações de Carlota Joaquina em relação ao governo do Vice-Reino do Prata, em plena agitação da era napoleônica. Liniers dedicou-se ao contrabando, ao tráfico negreiro e a tudo quanto pudesse significar-lhe resultados pecuniários, mas possuía ideias lúcidas sobre o comércio, a indústria e a política de então. Elaborou uma memória sobre o governo, comércio e plano de defesa do Vice-Reino do Prata. Teceu algumas considerações sobre a importância do Porto de Maldonado e a probabilidade de uma tentativa inglesa contra tal divisão administrativa hispânica, prevendo os meios de defesa. E chegou a trabalhar junto ao governo francês em um plano de ataque contra o Brasil, para tanto, sugeria como solução alternativa atacar o Rio Grande, desde

Maldonado, estabelecendo uma colônia francesa que fosse desde o Porto de São Pedro a outro mais ao norte, estendendo-se a oeste até Mato Grosso, em uma profundidade de 300 léguas.

A respeito das terras gaúchas, Liniers apresentou, em 1798, uma *Memória sobre o Porto de S. Pedro do Rio Grande do Sul*<sup>17</sup>, endereçada exatamente ao político português de suas relações, Rodrigo de Sousa Coutinho. Em tal Memória, o nobre francês apontava para as potencialidades econômicas e estratégicas do Rio Grande, em especial nas relações com os planos lusos no Prata. Seus projetos econômicos estavam vinculados fundamentalmente à pecuária, mas também à agricultura, à indústria e ao extrativismo. Buscava demonstrar um amplo conhecimento de causa, afirmando que tinha significativa experiência para administrar um empreendimento colonial.

Intentando demonstrar suas convicções em relação ao projeto, Liniers chegava a ventilar a possibilidade de deslocamento definitivo, levando a família e empregando suas posses na região sulina. Para levar em frente as atividades planejadas solicitava concessões como a naturalização, a manutenção de seu cargo de coronel, uma casa conveniente e instrumentos para estabelecer suas

---

<sup>17</sup> LINIERS, Conde de. *Memória sobre o Porto de S. Pedro do Rio Grande do Sul - 1798*. In: *Boletim do Centro Rio-Grandense de Estudos Históricos*. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense. v. 3. p. 3-7.

iniciativas fabris. Propunha-se a amealhar mão-de-obra qualificada para atuar no Rio Grande, imaginando que a nova colônia poderia vir a constituir uma exportadora de sabão. Apontava para todas as possibilidades de exploração que o gado poderia proporcionar e considerava que suas ideias, uma vez concretizadas, poderiam ser lucrativas para a Coroa e facilitariam a fixação humana no povoado. Ainda que não tenha conseguido a execução de seus planos, os registros do nobre francês davam uma perspectiva das potencialidades sul-rio-grandenses que já anunciavam um processo que se consolidaria no século seguinte, com a transformação do Porto do Rio Grande no principal entreposto comercial da produção pecuário-charqueadora sulina<sup>18</sup>

Logo na abertura de seu texto, Liniers enfatizava a relevância da efetiva ocupação das terras sul-rio-grandenses por fatores econômicos e estratégicos. Nessa linha, comentava que “o estabelecimento do Rio Grande deve interessar Portugal pelo dobro do respeito de ser uma colônia cujas produções são essenciais às necessidades da metrópole”, bem como “por ser a sua posição muito importante em política, como limítrofe das possessões espanholas sobre o Rio da Prata”. Para

---

<sup>18</sup> ALVES, Francisco das Neves. *Textos do século XVIII para o estudo da ocupação lusitana no Brasil Meridional*. Lisboa; Rio Grande: CLEPUL; Biblioteca Rio-Grandense, 2016. p. 119-122.

ele, “as produções que dali se podem tirar em abundância e com pouca demora são couros, sabão, linho, cânhamo, lãs, tabuletas de caldo e carnes salgadas”. Demarca ainda que no Rio Grande poderiam ser estabelecidos “alguns engenhos de açúcar a um grau ao norte do Rio”, assim como “também ali se pode fabricar biscoitos de mar, que duram muitos anos, e que não custaria mais de 2.800 até 3.200 reis o quintal”. Citava também a potencialidade da “pesca da baleia e do lobo marinho”, que “deveria ser animada”, sendo “notável que as nações do norte da Europa e da América venham a estas regiões do sul exercer este ramo de indústria” que era “tão desprezado pelos legítimos proprietários destas paragens”.

De acordo com o cronista, “os espanhóis por um prejuízo absurdo não fazem uso dos jumentos, do que resulta que estes animais”, que eram “excessivamente multiplicados”, eram vendidos “a um preço tão baixo que o seu couro preparado viria a custar pouco mais de dois tostões”. Explicitava ainda que se dizia “ser o couro dos jumentos sujeito a avariar-se no mar, porém este inconveniente se poderia prevenir, curtindo o couro na América”. Segundo ele, a “precaução seria também vantajosa a todas as outras espécies de pele”, uma vez que “os couros curtidos não são sujeitos a serem comidos pelos insetos, ocupam um espaço três vezes menor e diminuem de peso na mesma proporção”.

Outra potencialidade destacada por Liniers era a de que “o sabão de muito boa qualidade pode vir a ser nesta colônia um ramo interessante das rendas reais, pois que o governo pode comprá-lo na América” pelo valor “de 65 réis o arrátel, as pequenas embarcações da Marinha Real o transportariam para o Rio de Janeiro, de onde poderia ser conduzido para a Europa sobre naus de Sua Majestade” ou ainda “sobre navios mercantes e, neste último caso, com a Coroa pagando o frete a razão de dez mil réis o tonel”. Ainda sobre o mesmo tema, relatava que “o sabão viria a custar na Europa a 70 réis o arrátel, do que se vê que se vendendo ao público a seis vinténs”, que seria “o preço dos contrabandistas”, poderia ser possível, “por uma parte, aniquilar-se o contrabando sobre este objeto, e por outra o governo ganharia pelo menos meio tostão em cada arrátel”. Assim, considerava que, “em consequência destes princípios, e da consumação aparente do sabão no Reino” o Estado viria a ganhar “sobre este artigo uma renda de um milhão de cruzados e os vassalos seriam aliviados de um cêntimo sobre o preço atual do sabão”.

Centrada nas questões econômicas, a descrição também se referia à “utilidade do linho-cânhamo”, a qual estaria “tão demonstrada que é supérfluo dizer coisa alguma sobre este artigo”, tendo observado “somente que este gênero poderia também fazer parte das rendas reais por ser útil à marinha mercante” de modo que “ganhar o

desembolso da sua própria consumação” e ainda “de ficar ainda algum resto, haveria certeza de lhe dar boa saída na Espanha”, pois “esta última potência compra anualmente 37 milhões de reais” ou seja, “3.700.000 cruzados de linho-cânhamo ao estrangeiro”.

A respeito de um dos mais relevantes atrativos das terras sul-rio-grandenses, vinculado à exploração do gado e das atividades pecuárias, a abordagem de Jacques-Louis Henri de Liniers dava ênfase à perspectiva de que “as carnes podem ser salgadas de três modos”, quer seja, “as carnes em salmoura, salgaduras secas e carnes fumegadas”, já que “os espanhóis não sabem fazer senão as salgaduras secas” e “para os outros modos de salgar a carne seria necessário fazer vir oficiais da Irlanda e de Hamburgo”, pois “as salgas secas são de um grande gasto em todas as Ilhas das Antilhas”.

O relatório fazia alusão ao destinatário, demarcando que ele deveria conhecer “as tabuletas comuns de caldo”, que eram fabricadas na América; as quais “lhe foram apresentadas” e “eram feitas havia mais de dois anos, e estiveram cinco meses no mar”. Descrevia que ficara “por fiador de que elas duraram cinco anos”, e poderia “vendê-las ao governo a seis tostões o arrátel”, se a Coroa quisesse comprar “todas” as que pudesse “fabricar em cinco anos”. Citava “as tabuletas inglesas”, que “se vendem a dez xelins a libra, elas são menos substanciais porque são adulteradas pela goma de

peixe e, além disso, são feitas da pior qualidade de carnes”. Também comentava que “o rebate é quase de dois terços e na verdade o governo poderia também nesta parte ganhar o seu consumo”, ao fazer “vender no estrangeiro pela via dos cônsules o resto destas tabuletas com benefício de metade”.

O europeu apontava ainda “as lãs são de um comprimento e de uma elasticidade notável nesta região da América, e os carneiros estão ali tão prodigiosamente multiplicados”, e por isso eram “consequentemente tão baratos, que algum cuidado sobre estes animais, e principalmente tendo cautela” de tosquiá-los “todos os anos, e de lavar os carneiros no tempo da tosquia, bastariam para elevar este ramo de exportação ao mais alto grau de prosperidade”. Retomava o assunto do “artigo do biscoito”, que “dependeria do estado da agricultura nos arredores do Rio Grande”, já que “o padeiro que o fabrica, reside em Buenos Aires”, devendo ser feita uma “diligência” para que “ele viesse ao Rio Grande”.

A proposta ressaltava a predominância das lides pecuárias, na região, afirmando que, à exceção dos biscoitos “e o do linho-cânhamo, todos os outros vêm de uma mesma origem que é a abundância dos gados”, uma vez que “as suas peles fornecem couros e lãs; a sua carne, as salgas e as tabuletas de caldo; e a sua gordura, o sabão”, de maneira que “nada aqui há que seja especulativo ou exagerado, e operações bem dirigidas podem

consideravelmente aumentar as rendas do Estado e os bens dos particulares”. Apontava que “o governo não necessita fazer grandes adiantamentos de dinheiro”, prognosticando que “esta colônia, vindo a ser rica, populosa e forte, formará uma barreira muito necessária na época pouco distante da subversão das colônias espanholas” sendo esse o momento que o cronista indicava como aquele em que ele seria “de maior utilidade a Portugal”.

Liniers também explicava a sua trajetória, demarcando que já havia “bastante tempo” que se dedicava “ao estudo e à reflexão sobre os interesses do comércio e sobre os meios da prosperidade das colônias”. Assim, narrava que “o ministério francês tinha concebido grandes esperanças” dos seus “conhecimentos nesta parte, quando quis confiar” a ele “o cuidado de reparar três tentativas infrutuosas que se tinham feito no estabelecimento de uma colônia em Madagascar”. Nesse caso, ele estaria “destinado a conduzir e a dirigir uma grande povoação para esta ilha, e para as Ilhas Comores, em consequência de um plano” que fizera, “quando a revolução veio deitar por terra a um tempo a este projeto e à monarquia”. Em seguida, esclarecia que “a experiência e os conhecimentos locais retificaram depois” as suas “ideias, e iluminaram” a sua “teoria”, sendo “nessas circunstâncias, e sem pedir coisa alguma exclusiva”, que se oferecia a destinar os seus “bens” e a sua “existência ao serviço” do rei.

A descrição revelava que, no momento em que “tivesse a decisão do soberano e a admissão” daquilo que propunha, a sua “intenção era chamar” para o Rio Grande a sua “família, e de transportar para aqui os capitães que nos restam, e que podem montar a cem mil cruzados”. Acreditava que assim dava a “melhor prova” de sua “lealdade”, e de seu “desejo de obrar bem”, ao por “nas mãos do governo tudo” o que tinha “de mais precioso no mundo”, ou seja, “mulher, filhos e os restos” de sua “fortuna”, mas, “para assegurar a sorte” e pôr-se “no caso de servir bem ao Estado, sem sacrificar, nem desprezar” sua “fortuna”, suplicava que seu interlocutor pudesse obter junto ao rei, as “concessões seguintes”:

- a naturalização
- a agregação das tropas das colônias, ou da marinha de Sua Majestade ao posto de coronel que tinha na França, e que tenho na Espanha
- não pedindo privilégio exclusivo, nem fundos para os diferentes Estabelecimentos que vou formar, suplico à Sua Majestade de me querer dar uma pensão anual de cinco mil cruzados; esta soma é o equivalente do ordenado de um coronel espanhol na América, e é, além disso, o juro vitalício a cinco por cento dos capitais que trago da França e de Portugal.

O proponente demarcava que as suas “funções no Rio Grande” deveriam “ser as de um diretor de colônia”, de maneira que “seria necessário” que a Coroa “fizesse dar uma casa

conveniente, e abastecida dos instrumentos necessários para estabelecer no mesmo lugar uma fábrica de sabão, e outra de tabuletas de caldo”, a qual “teria o título de Fábrica Real”. Explicitava que essa propriedade pertenceria ao rei “e serviria de modelo às construções de outras do mesmo gênero, que os particulares pudessem fazer”, em um quadro pelo qual “os instrumentos” sob a sua “direção” viriam a ser, “depois, facilmente imitados pelos oficiais do Rio de Janeiro ou do Rio Grande”.

Outro tópico de interesse de Liniers esteve vinculado à questão da mão de obra. Nesse sentido, propunha que, no mesmo navio em que ele viesse “para a América poderia transportar também quatro camponeses inteligentes na cultura do linho-cânhamo, além de dois curtidores ingleses”, explicando que “esses dois oficiais seriam soldados pelo governo até o tempo” no qual o próprio autor da proposta “pudesse estabelecê-los sobre o terreno”, que o soberano teria garantido que lhes seria concedido e no qual pretendia “reunir todos os gêneros de exploração de que o país é suscetível”, vindo assim a servir “como fábrica, de modelo aos habitantes do país”. Houve ainda um relato quanto à presença lusa no Vice-Reino do Prata, com o esclarecimento de que “todos os oficiais”, que serviram ao nobre europeu, “em Buenos Aires eram portugueses transportados da Colônia do Santíssimo Sacramento ou do seu território”, tendo ele “quase uma certeza de os poder desinquietar em

grande parte, assim como de fazer vir um grande número de artífices que vegetam na colônia espanhola”, uma vez que, “por pouco que o governo” lhe ajudasse; tais “gentes formarão uma coleção interessante para o novo Estabelecimento”.

Ainda quanto à ocupação humana, o conde se referia “aos colonos emigrantes da Ilha de Franca”, elogiando que “Portugal jamais poderia fazer uma aquisição mais preciosa do que esta, porque além de trazerem consigo grossos cabedais”, eles procurariam realizar “também as produções as mais preciosas”, como “as plantas de todas as árvores de especiaria e as canas de açúcar de uma beleza, de um produto muito acima” daquilo que era conhecido “nesse gênero”. Além disso, tais colonos trariam “consigo os seus escravos escolhidos e, particularmente, os seus chefes de oficina de todas as profissões”, os quais eram, “por todas as razões, as gentes as mais consideráveis da colônia da Ilha de Franca”. Descrevia ainda que tais emigrantes “não pedem senão terreno e naturalização”, além de não evadirem, “senão para assegurar a sua tranquilidade e poder professar sossegadamente a religião católica”. A esse respeito, citava que “duas famílias chegaram já a Montevideu, e não esperam para fazer vir os seus parentes e amigos, senão o sucesso da negociação” de que o proponente estava “encarregado junto da Corte da Espanha”. Além disso, detalhava que “um dos chefes das duas famílias que estão em

Montevideu se encarregaria das salgas, e com ele faria vir, à sua custa, os oficiais necessários”, de modo que “seria justo assegurar-lhe o fornecimento da Marinha Real”.

Em conclusão de seu relato datado de 12 de julho de 1798 e destinado a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Liniers fazia um resumo de sua proposta:

Eis aqui, Senhor, o que eu creio poder-se fazer de maior utilidade para a prosperidade dos estabelecimentos ao sul do Brasil. Este plano, simples no seu todo, exige poucas despesas na sua execução, e me parece prometer os mais felizes resultados.

Ele deve aumentar a riqueza do Estado, assegurar a tranquilidade da colônia, tornar felizes e ricos os colonos e, conseqüentemente, excitar neles o desejo de conservar a sua propriedade, de desviar dela as inovações que poderiam lhe perturbar a posse e lhe inspirará o desejo de os defender contra os inimigos, que a quisessem atacar. É finalmente um meio de unir o vassalo ao soberano pelo sentimento de felicidade, que se reconhece dever a uma proteção iluminada e benfeitora. O meu mais vivo desejo é de concorrer com todos os meus meios à perfeição desta bela obra; porei, eu o afirmo toda a minha atividade, e se a ocasião se apresentar, espero desenvolver também a energia de um militar, que não desprezou ainda o estudo da sua arte, e que será animado pelo dobrado motivo da honra e do reconhecimento.

Ao realizar um testemunho típico da literatura de viagem, o Conde de Liniers vinha ao encontro da perspectiva pela qual a viagem é

impulsionada pelo desejo de conhecimento, de modo que a escrita dela oriunda é seletiva, falando do notável, do memorável, do pitoresco, e daquilo que se destaca pela sua própria natureza, impondo-se ao observador e exigindo ser registrado<sup>19</sup>. A localidade do Rio Grande era um ponto de partida e chegada praticamente obrigatório aos visitantes das terras meridionais do Brasil, de modo que as passagens sobre a localidade constituem uma considerável recorrência na literatura de viagem acerca das terras sulinas. O nobre não se deteve em detalhes da vida cotidiana ou na descrição de pormenores sobre o local, mas descreveu as possibilidades de exploração econômica da região, que, a partir de tal perspectiva, deixaria de constituir apenas uma posição de interesse predominantemente geoestratégico e militar. A visão de mundo do proponente era alicerçada nos pressupostos capitalistas de incorporação territorial que trouxesse resultados econômicos viáveis ao empreendimento, de modo que sua descrição vinculava-se às potencialidades do território. Sua intenção era a de obter lucros e, para tanto, buscou demonstrar à Coroa que tais ganhos seriam em parte repassados ao tesouro real, de acordo com os preceitos do pacto colonial. Quanto à absorção de contingentes humanos, a concepção do conde

---

<sup>19</sup> RITA, Annabela. *No fundo dos espelhos [III] - em visita*. Porto: Caixotim Edições, 2007. p. 272.

também serviria à lógica capitalista, tendo em vista o cuidado do relator na obtenção de mão de obra especializada. Nesse sentido, o trabalho de Liniers vinha ao encontro da literatura de viagem concernente ao Brasil, em um quadro no qual este era visto pelos viajantes e despontava como grande terra preta de potenciais, permanecendo, entretanto, em um constante estado de formação, de ainda estar por fazer, pelo processo civilizador, um eufemismo para a dominação de valores cunhados pelos europeus e transpostos ao Novo Mundo<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> LISBOA, Karen Macknow. *Olhares estrangeiros sobre o Brasil do século XIX*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias*. 2.ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000. p. 294.



# **Em que cidades estamos, em que cidade habitamos: Da liberdade das praças ao controle digital**

Jussemar Weiss Gonçalves\*

Neste artigo, busco pensar questões retiradas do convívio próprio com cidades das quais participo de seu cotidiano. Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas são cidades pelas quais minha vida de professor tem passado e este viver entre uma e outra permite observar como é, hoje, viver em cidade na cidade.

A cidade, ou a sociedade urbana, é uma consequência da industrialização. Certamente havia cidades na longa história humana antes da Revolução Industrial, mas a partir das inovações advindas desse processo, a cidade tornou-se o centro da vida, forma de convivência dominante nos últimos três séculos. No século XX consolidou-se a ideia de uma revolução urbana, isto é, que neste século vivíamos uma experiência totalmente singular, na qual a integralidade da convivência se organizava a partir do modelo de

---

\* Doutor em Educação. Professor do curso de Graduação em História, do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-FURG) e Programa de Pós-Graduação em Literatura (PPGL-ILA-FURG) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

idades. A substituição da força animal pelo motor autopropulsado, automóveis, caminhões etc. produziu uma transformação radical no cotidiano das cidades como também alterou sua territorialidade. Grandes avenidas passam a dominar o espaço urbano, o que ocasiona uma redução drástica dos lugares próprios aos pedestres. Também o crescimento das cidades, aliada à forma política democrática, levou à criação de um planejamento conservador, que buscava criar bulevares grandes e retos, que evitariam a concentração da população em suas manifestações. O caso mais típico, e que se espalhou pelo mundo, foi a reconstrução de Paris após a revolta da Comuna em, 1871.

## **Praças e Coretos**

Cidades, lugares de encontro, mas também de segregação; lugar da ordem, mas também da manifestação popular e do protesto.

As cidades eram demarcadas pela sua praça central. Nesta estava a igreja matriz, os prédios públicos e o setor do comércio. Esta ordem, apesar do que escrevemos acima, de que a cidade produz sua própria segregação, oferecia locais de encontro, de participação direta dos habitantes em momentos específicos. As praças eram refúgios de sombra na cidade tropical, nas quais sentavam-se para descansar. Eram arborizadas, de forma variada, o que permitia um encontro do verde em um perímetro dominado pelo calçamento ou por ruas, vias asfaltadas.

O ser humano tem de ver, ouvir, tocar e sentir os gostos e a necessidade de reunir essas percepções em um mundo. A essas necessidades antropológicas e socialmente elaboradas, acrescentam-se necessidades específicas que nem sempre os urbanistas levam em consideração, que são as atividades criadoras de arte, de informação, de simbolismo e imaginário, de atividades lúdicas. A necessidade da cidade e da vida urbana só se exprime nas perspectivas de viabilizar o crescimento de horizontes (Lefebvre, 2001, p. 105). Lugares de encontros, não marcados pelo valor de troca, mas pela articulação coletiva das vidas dos seus habitantes. Essas práticas tinham no coreto seu lugar de realização. A banda da cidade apresentava-se neste espaço, em momentos de festividades que congregavam a população. Observem que essa cidade era organizada pela presença física de seus habitantes. Sem essa presença não teria sentido a existência da praça e do coreto.

Esse processo conheceu transformações, se realizam através de formas de políticas do Estado, mediante estratégias, observam-se orientações específicas que fazem, com que as cidades vão se conformando em um modelo com vida e tempo próprios, que, podemos dizer, sintetizam as formas de convivência de uma dada sociedade. As cidades produzem seus guetos, suas segregações, bairros populares e da elite, mas a cidade também tem se caracterizado por ser o centro de reunião dos cidadãos, das cidadãs.

Embora saibamos que as cidades e o próprio habitar cidades se tornou um problema na atualidade, excesso populacional, crise ambiental, violência, entre

outras questões, ainda a vida em cidade tem caracterizado nossa forma de convívio e no Brasil mais de 90% da população habita em cidades de vários tamanhos e com variada constituição política, ideológica e de infraestrutura.

Inegavelmente, essa realidade ficou para trás, ficou na história de cada cidade, já que, na atualidade, o que se vive nas cidades acima citadas, a partir da observação empírica, é uma profunda transformação que envolve os seres humanos, sua forma de conduta, seu modelo de cidade e de sociedade, isto é, uma sociedade capitalista marcada por uma mentalidade concorrencial exagerada, como diz a frase: “somos todos empreendedores de nós mesmos”.

Quem habita em cidades como as que eu acima cito, nota que, a partir dos anos 2008, com o lançamento das políticas de carros populares do segundo governo Lula, pode notar de uma forma visível o aumento da circulação de veículos nas cidades, em suas artérias, ruas, como também a chegada de toda uma infraestrutura vinculada a esse crescimento. Os carros tomaram conta do espaço urbano. Se antes as grandes vias eram seus leitos, notamos que, mesmo as calçadas, aos poucos se tornam seus estacionamentos, levando ao quase expurgo, nas cidades, dos pedestres. O constante incentivo de políticas públicas para a abertura de novas fábricas que em tese constituiriam em novas vagas de emprego, as distâncias entre emprego e moradia, como também o valor social que a propriedade de um carro é associada, fez com que as cidades se tornassem lugares primordialmente de e para veículos. É terrível ser pedestre neste tipo de cidade que privilegia os veículos, pois os acidentes são constantes e os índices de mortes

no trânsito urbano não param de crescer, apesar das campanhas que buscam valorizar as leis e a vida. Não apenas os carros, mas temos, nos últimos anos, os acréscimos de motos que realizam os serviços mais variados de tele-entrega. Com condutores pressionados pelo tempo e recebendo por entrega, temos mais um elemento a transformar o trânsito da cidade em uma correria sem fim e perigosa. Trabalhando mais de doze horas por dia, esses condutores de motos arriscam suas vidas, como também dos pedestres, em suas constantes viagens. Juntamente com os entregadores, o sistema de carros de aplicativos, estilo Uber, 99, entre outros, participam desse festival de horrores que caracteriza o convívio na cidade em suas artérias de mobilidade.

Nesse cenário, a cidade de Rio Grande tem, proporcionalmente, o maior número de motocicletas circulando no Rio Grande do Sul. Levando passageiros, entregando encomendas, as motos tomam conta do espaço urbano, das vias de trânsito, ocasionando confrontos entre motoristas de autos e motoqueiros pelos espaços nas pistas. Cada um trata as ruas e avenidas como estando a sua mercê, já que ambos têm suas justificativas para andarem rápido, respeitando no mínimo as leis de trânsito e o “outro”, seja ele motorista ou pedestre.

Se olharmos agora para Porto Alegre, não veremos uma realidade melhor ou mais organizada por ser a capital do Estado. Com uma política totalmente voltada à iniciativa privada, os últimos governos estão produzindo um processo de gentrificação exacerbado na capital. Grandes incorporadoras, associadas ao governo do município, estão produzindo transformações do espaço público sem nenhum controle. Na Cidade Baixa,

bairro da capital, imensos prédios surgem rapidamente em lugares onde antes havia casas, bares. São prédios cuja propaganda é feita em cima do seguinte slogan: “compre para investir”. Não estamos diante de um processo social de construção que busca pensar a ocupação da cidade e suas necessidades de moradia, pois trata-se de especulação.

Estas mudanças radicais na cidade alteram suas políticas de mobilidade, mas o poder municipal não intervém, controla ou mesmo reforma o projeto de circulação que articula a cidade e seus bairros. O pedestre na capital disputa a calçada com a bicicleta e com o patinete, embora existam ciclovias. Sem leis que determinem o lugar de cada um, é o pedestre o habitante dessa nova cidade o que menos pode usufruir da cidade, já que está em constante perigo.

A capital trata cada habitante como um pretenso empreendedor de si mesmo, os parques são colocados para a iniciativa privada, como por exemplo o Parque da Harmonia, e já houve tentativa de privatizar o Parque da Redenção. Cada motociclista, cada motorista de aplicativo está vinculado a formas de exploração de seu trabalho que os degrada, que os obriga a realizarem longos jornadas que apenas cobrem suas necessidades mais imediatas.

Com extensas jornadas de trabalho realizado de forma precarizada, a maioria dos habitantes dessas cidades não tem tempo ou saúde para, ainda, frequentar as áreas de lazer que, porventura, existam em suas cidades. Estas, então, ficam sendo utilizadas por uma classe média que usa a bicicleta como lazer e saúde corporal, enquanto os patinetes são utilizados na cidade de Porto Alegre por jovens de classes médias em suas

voltas cotidianas. Os parques, nos fins de semana, recebem os habitantes que não estão sentados no volante de um carro de aplicativo ou no selim de uma moto de entrega.

Nessa caminhada de um morador vamos olhando ou pouco mais. Observemos os prédios, seus porteiros, zeladores. Ao irmos visitar um amigo, amiga, quem nos recebe? Uma voz. Onde está essa voz? Morando em Porto Alegre, Pelotas ou Rio Grande, essa voz pode estar na sede da empresa de segurança em São Paulo.

Entramos agora na tecnologia do medo. O medo do outro impulsiona técnicas, comércio e novas formas de vida, nas quais o convívio se restringe ao máximo e a cidade torna-se um recanto hostil, no qual alguns vivem cercados e temendo os outros, criando uma relação de desconforto e de incertezas.

## **Olhos e ouvidos do sistema: viver a distopia**

A popularização do conceito de cidade inteligente tem sido acompanhada, de forma crítica, por diversos autores relacionados aos estudos sobre vigilância. Eles apontam para as facetas negativas desse modelo urbano, como o risco de vigilância abusiva, a perda de privacidade dos cidadãos e a infiltração indesejada do setor privado nas políticas públicas. A utopia tecnológica da cidade inteligente exige ubiquidade computacional (Lyon, 2018, p. 113), em que todos os aspectos da vida humana são catalogados e

armazenados em bancos de dados. Dispositivos espalhados pelo espaço público, como sensores e *microchips*, permitem que a vigilância seja, frequentemente, imperceptível. São as cidades inteligentes, aquelas que controlam seus cidadãos a partir de dispositivos digitais eletrônicos.

Não se duvida que as cidades inteligentes necessitem, para seu funcionamento, da coleta e análise de uma quantidade descomunal de informações pessoais. Outro componente indispensável é a tecnologia exigida para essa coleta de dados (Gomstyn; Jonker, 2023). Tal infraestrutura tecnológica, por sua vez, é largamente controlada pelas grandes corporações desse setor. Disso decorre a infiltração, no setor público, dos interesses que caracterizam o capitalismo de vigilância.

As cidades inteligentes são coordenadas pelo capitalismo de vigilância. Por essa perspectiva, busca-se realçar os interesses comerciais envolvidos. O elemento central não seria o aperfeiçoamento da gestão urbana, mas, antes disso, as demandas de lucro de grandes corporações, dirigidas pela racionalidade de mercado.

O conceito de capitalismo de vigilância foi originalmente formulado por Shoshana Zuboff (2019) e busca explicar como, no atual estágio do capitalismo, a exploração econômica se relaciona com o manejo de informações pessoais por parte das *Big Techs*. As grandes corporações digitais operam por meio da extração e da análise de dados privados, obtidos a partir das atividades *online* de cidadãos comuns. Desse modo, tornou-se possível antecipar e moldar os comportamentos de forma personalizada, induzindo os indivíduos a novos hábitos de consumo e preferências pessoais. Isso é feito por “máquinas que modificam o

comportamento de indivíduos, grupos e populações em prol de objetivos mercadológicos” (Zuboff, 2019, p. 564).

As empresas de *Big Tech* se utilizam de entidades públicas para extrair e comercializar dados de cidadãos. Por consequência, um modelo de cidade inteligente baseado em parcerias com essas corporações, tende a ameaçar a privacidade e a autonomia de seus habitantes. Eles se tornam, pela ótica do capitalismo de vigilância, objetos de obtenção de lucro; as declaradas funções de planejamento urbano são, por essa perspectiva, secundárias.

A conectividade é outra característica central das cidades inteligentes. Isso significa que suas tecnologias operam em rede e em constante comunicação. Se esse aspecto pode ser observado como uma virtude que permite a otimização de funções, também é possível percebê-lo como uma demonstração deletéria de vigilância abusiva. Steeves e Wood (2021) sustentam que a interconexão entre dispositivos tecnológicos pode ser vista como uma “infecção”. Essa metáfora indica como tecnologias que incidem sobre pontos específicos podem se articular e constituir novos sistemas. A “inteligência” diz respeito, sobretudo, a esse caráter infeccioso. Suas implicações estão associadas a novas formas de controle social, nas quais o acúmulo de informações pessoais é o elemento principal.

O que se nota nessa forma de viver e pensar a cidade é uma total desconexão com as velhas tradições modernas de encontro, e a transformação da cidade em um verdadeiro campo fortificado onde cada habitante teme o outro.

É preciso reforçar o predomínio de uma mentalidade individual e egocêntrica, que apenas

observa a cidade a partir de si e de seus interesses. O outro é sempre perigoso ou rival nos negócios. Essas cidades que cito e por onde caminho, se modificam a partir de novas práticas mergulhadas em novas formas de compreensão do ser humano.

A atuação de empresas privadas no contexto de cidades inteligentes não ocorre de modo “neutro”, ou como uma mera parceria operacional. Na realidade, a dependência tecnológica em relação ao setor privado, faz com que seus valores e interesses sejam, também, oriundos do mercado. Então, a cidade torna-se extensão dos interesses privados também no que tange às práticas de segurança.

Vivemos algo como uma servidão algorítmica. Esse termo sugere que tampouco os algoritmos são neutros. Com efeito, seu funcionamento se baseia em vieses adquiridos por meio do aprendizado de máquina (*machine learning*), que podem reforçar preconceitos e estereótipos. Ademais, não há transparência acerca de seus critérios: como Coglianese e Lehr (2019) destacam, os algoritmos que devem ser compreendidos como “caixas pretas”. Nesse cenário, fica evidente que o conceito de cidade inteligente incorpora uma ingerência perigosa por parte de companhias privadas. Uma das formas mais relevantes de analisar esse risco é, justamente, a partir do conceito de capitalismo de vigilância.

Essas novas formas de controle e pretensa proteção nos liga as formas como as cidades resolvem seus problemas de segurança. Como o medo do outro se estabelece como uma forma de convivência, o controle do crime e a gestão da segurança pública. Trata-se de uma seara frequentemente explorada pelos estudos

sobre vigilância. Afinal, envolve mecanismos mais gravosos de atuação estatal, em seu âmbito diretamente repressor. Como a cidade, como um ente inteligente, se organiza a partir da noção da repressão. Em nossos prédios, reprimimos qualquer manifestação que se pareça com diferença e diversidade. Os aparelhos que instalamos em nossos prédios, reprimem a chegada de qualquer um. Estamos em casa, seguros, conectados ao mundo, mas o nosso mundo a volta está em franca modificação. As praças estão esvaziadas da revolta e os encontros são marcados pelas redes sociais.

As cidades inteligentes acompanham uma tendência de securitização dos espaços urbanos. Em outras palavras, é possível verificar a proliferação de estratégias de vigilância que contribuem para a segregação espacial. Instituições públicas e privadas se complementam nesse modo de lidar com a insegurança (Firmino, 2018, p. 70-71). Em suma, as sociedades contemporâneas abarcam um conjunto de parcerias punitivas que, com a mediação da tecnologia, buscam afastar do convívio social os grupos considerados “perigosos”.

Os contornos atuais do controle do crime implicam uma vigilância constante de potenciais suspeitos, dotada de caráter prospectivo, ou seja, direcionada para previsões comportamentais (Ericson; Haggerty, 1997, p. 58). Com isso, indivíduos e grupos são classificados de acordo com prognósticos de risco. Em última instância, a vigilância pode estar a serviço da neutralização do “outro”, ou seja, daquele que é percebido como perigoso (Bauman; Lyon, 2013, p. 98).

As discussões sobre o tema, principalmente em âmbito midiático, estão principalmente associadas ao

potencial e às promessas das novas tecnologias. Por outro lado, questões sobre poder, equidade e direitos humanos costumam ser obliteradas do debate, o que prejudica a verdadeira participação democrática.

Por fim, o próprio discurso dos gestores públicos e das corporações privadas possui caráter performático. A tecnologia é sempre divulgada como meio de resolver problemas de política pública; as promessas em torno de sua aplicação são exageradas e envolvem desejos de controle, onipresença e monitoramento em tempo real.

As cidades nas quais vivo e vivemos, são outras, mergulhadas em contradições com governantes que representam corporações e fazem da política atos performáticos que iludem a todos. Todos e todas tem pressa, as avenidas tornam-se caminhos violentos onde veículos trafegam sem respeitar os pedestres. Olhamos o outro como concorrente em uma empresa que talvez nunca consigamos realizar.

## Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt; LYON, David. **Vigilância líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BORDIGNON, Isabela Magalhães; SEIXAS, Lucas Pinto. O ideário de *smart city* como elemento do capitalismo neoliberal: razão subjetiva e tecnificação do território. *In*: OLIVEIRA, Marcio Piñon de; SILVA, Flávia Elaine da; SILVA, Marcio Rufino. **Urbanização contemporânea e limites da reprodução social: crise e crítica**. Rio de Janeiro: Mórula, 2024.

BOTELLO, Nelson Arteaga. Surveillance and urban violence in Latin America: mega-cities, social division, security and surveillance. In: BALL, Kirstie; HAGGERTY, Kevin; LYON, David. **Routledge Handbook of Surveillance Studies**. Nova York: Routledge, 2012a, p. 259-266.

COGLIANESE, Cary; LEHR, David. Transparency and algorithmic governance. **Administrative Law Review**, v. 71, n. 18-38, p. 1-56, 2019.

ERICSON, Richard V.; HAGGERTY, Kevin D. **Policing the risk society**. Toronto: University of Toronto Press, 1997.

FERNANDES, Eduardo Georjão. **Entre ruas, câmeras e redes: as transformações das táticas policiais de controle à ação coletiva contestatória em Porto Alegre (2013-2014)**. 2020. 314 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

FIRMINO, Rodrigo José. Securitização, vigilância e territorialização em espaços públicos na cidade neoliberal. In: BRUNO, Fernanda *et al.* **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo, p. 69-90, 2018

GOMSTYN, Alice; JONKER, Alexandra. O que são cidades inteligentes? **IBM**, 2023. Disponível em: <https://www.ibm.com/br-pt/topics/smart-city>. Acesso em: 5 mai. 2025.

LYON, David. **The culture of surveillance**: watching as a way of life. Cambridge: Polity Press, 2018.

STEEVES, Valerie; WOOD, David Murakami. Smart surveillance. **Surveillance & Society**, v. 19, n. 2, p. 150-153, 2021

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira de poder. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2019.

# O Porto Velho do Rio Grande nos cartões-postais (1897-1960)

Luiz Henrique Torres\*

Com a fundação no sul da Barra do Rio Grande, em 1737, de uma Comandância Militar portuguesa, teve início a circulação de embarcações com destino ao Rio de Janeiro e que retornavam com soldos e produtos alimentícios básicos para os soldados e para os primeiros povoadores. Os Portos de Laguna e do Desterro (Florianópolis) foram estrategicamente relevantes, especialmente, este último para a vinda de colonos açorianos a partir de 1752. Em direção ao Rio da Prata, a Colônia do Sacramento foi um porto/cidadela fundamental para apoio logístico à presença portuguesa naquela região do atual Uruguai. O Porto do Rio de Janeiro será o mais importante destino nas primeiras décadas (1730-1760). Porém, entre 1763-1776, ocorreu a expulsão portuguesa e a ocupação espanhola da Vila do Rio Grande e os contatos passam a ser intensos com os portos de Montevideu e Buenos Aires. Com a retomada portuguesa da Vila do Rio Grande em 1776, ocorreu o repovoamento luso-brasileiro e o crescimento econômico que passa a ser significativo, nas décadas seguintes, com

---

\* Doutor em História (PUCRS). Professor. Titular nos Cursos de História da Universidade Federal do Rio Grande

os Portos de Salvador, Recife e Rio de Janeiro. Os produtos exportados por Rio Grande eram o charque, couro, sebo e trigo.

Em 1808, havia quarenta e três comerciantes estabelecidos na Vila do Rio Grande (instalada em 1751). Os produtos importados que chegavam pela Barra eram procedentes de Lisboa, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Santos e de Santa Catarina. Desde 1810 a importação com Londres se torna muito relevante, assim como se incrementa as vendas com a Filadélfia (EUA) e com Cuba. Em 1815, cerca de duzentas e cinquenta embarcações saíam, anualmente, pela Barra do Rio Grande transportando produtos para exportação. A partir da década de 1820, o comércio de exportação e importação se consolida e comerciantes alemães, ingleses, portugueses, italianos e franceses se radicam em Rio Grande se especializando na exportação do charque, do couro e dos derivados do gado. A Rua da Boa Vista (Rua Riachuelo a partir de 1865), foi o epicentro destas atividades criando a identidade do Porto Velho e passando a receber bandeiras de vários portos americanos e europeus. Na década de 1850, as bandeiras de Bremen, Hamburgo, Dinamarca, França, Holanda, Portugal, Inglaterra, Estados Unidos, Uruguai e Argentina, são presenças rotineiras no espaço portuário. Navios veleiros ou vapores com a bandeira do Império do Brasil também são numerosos anualmente.

Um setor econômico de grande importância para o desenvolvimento da cidade e, também para a captação de mão-de-obra, eram as empresas comerciais voltadas à exportação e importação. Desde as primeiras décadas do século XIX intensificou-se a presença de casas comerciais que trabalhavam com a exportação de artigos derivados

da pecuária, especialmente, o charque, criando uma identidade ligada ao capital comercial.

O atual Porto Velho do Rio Grande era o cenário por onde circulou parte considerável da produção e da riqueza oriunda da economia Rio-Grandense. O comércio concentrou-se na rua da Praia (atual Marechal Floriano) e após 1826, com a abertura junto a Lagoa dos Patos da rua Nova das Flores (depois Boa Vista e atual Riachuelo), na área se concentrou grande parte das casas comerciais. O aformoseamento destas áreas com a construção de casarios e sobrados, definiu no século XIX e XX, o perfil de representativa parte das edificações que até hoje se busca preservar ou restaurar.

Como exemplo de comerciantes ligados a economia portuária, podemos citar o Sobrado dos Azulejos de 1862, que pertenceu a um opulento comerciante da cidade; o casarão do Rasgado (atual prédio da Prefeitura Municipal) construído por um destacado comerciante de charque vindo do Rio de Janeiro e radicado na então Vila do Rio Grande; o casarão do Barão de São José do Norte, também comerciante na cidade e líder do Partido Conservador. Quase todos os prédios das ruas Riachuelo, Marechal Floriano, General Bacelar ou Coronel Sampaio, que remetem ao século XIX ou primórdios do XX, tiveram vinculações com comerciantes ligados ao comércio de exportação e importação.

A atenção destes comerciantes estava voltada as condições de navegabilidade da Barra do Rio Grande e a aspiração por segurança passava inclusive por seu órgão representativo que era a Câmara do Comércio fundada em 1844. A pouca profundidade do canal de acesso e do espaço portuário resultou em grandes dificuldades para

manter o funcionamento das atividades portuárias ao longo do século XIX. Inúmeras vezes os navios tinham que ficar ao largo da Barra do Rio Grande esperando a elevação da altura da água para poderem adentrar. Em alguns períodos, a profundidade não ultrapassava 1,80 metros.

A segurança da navegação foi um objetivo almejado por gerações desde o século XVIII e só realizado na década de 1910. Rio Grande é uma cidade voltada para o mar e para as águas da Lagoa dos Patos, de onde proveu, ao longo dos séculos, o sustento de grande parte da população. O complexo portuário ligado à exportação e importação; as indústrias que, desde a década de 1870, se instalaram em seu entorno na dependência deste espaço para a exportação de seus produtos, são processos amplos que fazem de Rio Grande uma cidade com perfil histórico ligado ao ecossistema costeiro/marítimo. Pensar a cidade sem o seu complexo portuário e as atividades econômicas voltada ao transporte marítimo/lagunar é ignorar grande parte da identidade local.

O longo trajeto de reivindicações e desafios vividos pela população local, resultou numa das mais importantes obras da engenharia mundial do início do século XX e que foram realizadas pela Companhia Francesa do Porto do Rio Grande (criada em 1908). Entre 1911 e 1915 foram construídos os dois Molhes que garantiram um aumento substancial do calado no canal permitindo a entrada de grandes embarcações. As obras do Porto Novo estavam interligadas ao trabalho de aprofundamento da Barra com a construção dos Molhes. O resultado foi um porto moderno e a segurança no acesso ao espaço portuário. A Companhia Francesa

também se voltou a revitalização e ampliação do cais do Porto Velho e realizou obras de modernização (iluminação e bondes elétricos) e o projeto para construção de armazéns na Rua Riachuelo. Com a encampação da Companhia Francesa pelo Governo do Rio Grande do Sul (1920), alguns anos depois foram construídos os armazéns que são frequentemente retratados nos cartões-postais do final da década de 1920 e seguintes.

Os editores de cartões-postais, frente a relevância econômica, retrataram o Porto Velho em muitos cartões. O patrimônio público e particular edificado foi um dos temas mais retratados nos postais. Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, o cartão-postal teve um papel fundamental na preservação visual dos espaços urbanos. Na pesquisa, foram identificados sessenta cartões que foram reproduzidos. É um inventário que pode ir aumentando frente a novas descobertas. Ressalte-se que os cartões aqui reproduzidos, certamente, não esgotam a totalidade dos que foram publicados. Representam aqueles que o autor teve acesso ao longo do levantamento imagético nas fontes.

Foram selecionados cartões-postais emitidos na cidade do Rio Grande entre 1897 até 1960. Os principais editores foram R. Strauch/Livraria Rio-Grandense; Livraria Americana; Caldonazzi; Meira; José Regina; Photo Teixeira-Miscelânea Rio-Grandense; Reimers; Bijou da Moda; Mission de Propagande; Pitombo Lima; Rubens; Casa Foto e Foto Postal Colombo. Vários cartões não trazem identificação sobre o editor.

As imagens destes cartões possibilitam observar cenários do Porto Velho e da Rua Riachuelo desde o

final do século XIX. Os cartões-postais são exibidos em ordem cronológica entre 1897-1960.

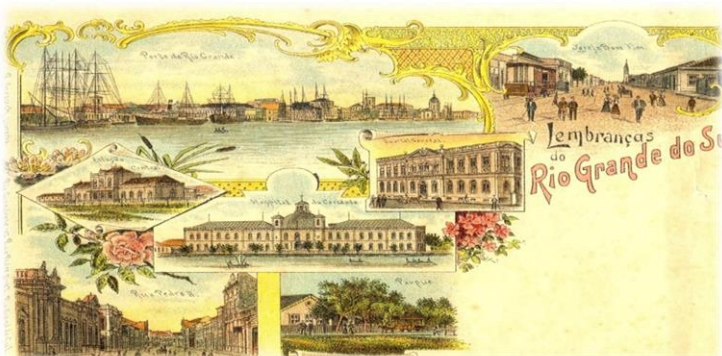


Figura 1 Dos primeiros cartões-postais da cidade do Rio Grande e um dos mais antigos do Brasil. Gruss aus com várias cenas e o Porto Velho do Rio Grande. Editor R. Strauch/Livraria Rio-Grandense, 1897-1898. BRG.



Figura 2 Gruss aus editado na Alemanha (Hamburgo - editor Reimers) cerca de 1900. Três vistas do Porto Velho: folhas artísticas à esquerda sentido Alfândega-Marítima mostrando a Rua Riachuelo com casario e, também, o movimento portuário; folha da direita inferior o Mercado Público e o cais em direção ao Rincão da Cebola. Acervo: BRG.



Figura 3 Porto Velho visto da Lagoa dos Patos. Sem identificação de editor (hipoteticamente é uma edição da Livraria Americana). Datado de dezembro de 1900. ML.



Figura 4 Porto Velho e Rua Riachuelo. Embarcações a vela estão ancoradas. Livraria Americana, entre 1900-1901. BV.

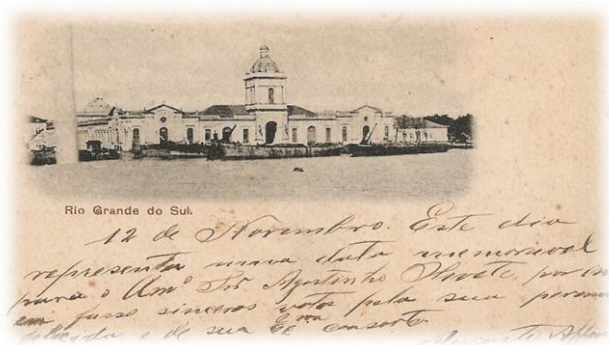


Figura 5 Porto Velho e centralidade no prédio da Alfândega. Sem identificação de editor. 1900-1902. BV.



Figura 6 Cais do Porto Velho na altura do Beco do Carmo (atual Rua Benjamin Constant). Sem identificação de editor. Datação: 1901-1902. LHT.

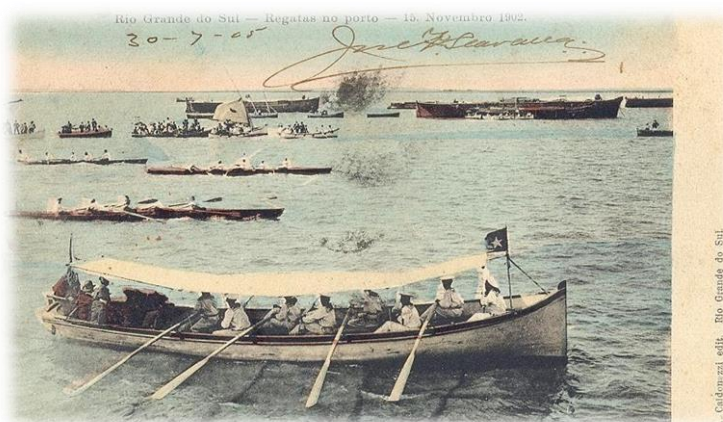


Figura 7 Regata no Porto Velho ocorrida em 15 de novembro de 1902. Editor Caldonazzi, 1902 e circulado em 1905. BV.



Figura 8 Porto Velho. Regata (hipoteticamente, ocorrida em 15-11-1902). Vista da Rua Riachuelo entre a Rua Ewbank e a Rua Benjamin Constant. Livraria Americana. Cartão circulado em março de 1903.

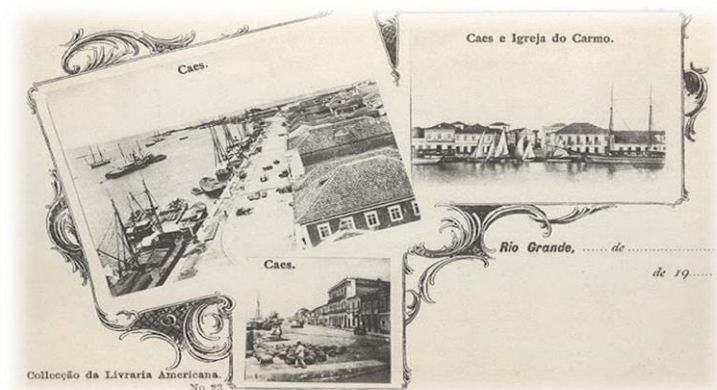


Figura 9 Porto Velho em três vistas: Cais da Riachuelo, Cais da Riachuelo e Igreja do Carmo no centro ao fundo e Cais nas proximidades da Rua Ewbank. Coleção da Livraria Americana. 1904. EBAY.



Figura 10 Porto Velho. Alfândega do Rio Grande e seu cais de desembarque de mercadorias. Editor R. Strauch/Livraria Rio-Grandense. Circulado em 1904. LHT.



Rio Grande do Sul — Alfândega

Figura 11 Porto Velho e a Alfândega observada a partir da Lagoa dos Patos. No lado esquerdo a Rua Ewbank e no lado direito o antigo prédio da Câmara do Comércio. Cartão sem identificação de editor. 1904. RMG.



Porto — Rua Riachuelo — R. Grande do sul.

Figura 12 Porto Velho e Rua Riachuelo visto da Lagoa dos Patos. Editor Bijou da Moda, 1905-1908. ZEPPELIN.



Figura 13 Duas vistas fotográficas de uma regata ocorrida no Porto Velho do Rio Grande. Editor R. Strauch/Livraria Rio-Grandense. Cartão datado de 1905. FY.

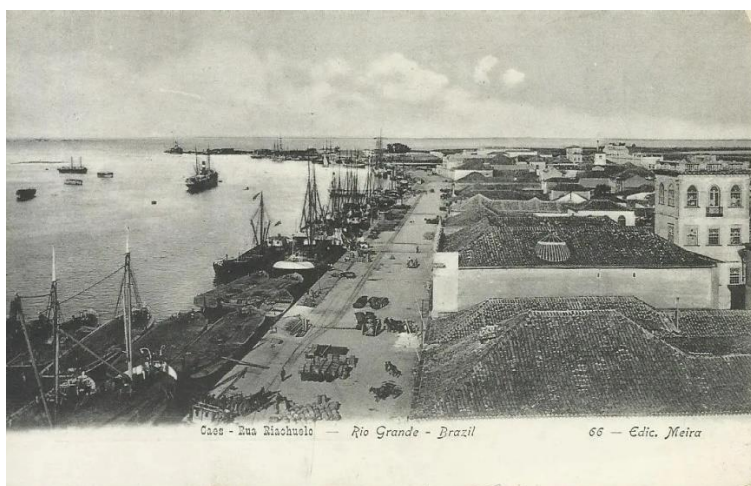


Figura 14 Porto Velho e Cais da Rua Riachuelo. Ao fundo a Estação Marítima e a Capitania dos Portos. Editor Meira, cerca de 1905. LHT.



Figura 15 Rua Riachuelo e o Cais do Porto Velho a partir da Rua Ewbank. Edição Meira, cerca de 1905, mas circulado em 1910. BV.



Figura 16 Vista do Jardim da Praça General Telles (Xavier Ferreira) com o Monumento à Liberdade no lado esquerdo do cartão. No lado direito um trecho do Cais do Porto Velho, editor R. Strauch/Livraria Rio-Grandense, circulado em 1905. LHT.



**Figura 17** Inundação na Rua Marques de Caxias no lado esquerdo. No lado direito está atracada a embarcação da Marinha do Brasil Cananéa. Editor R. Strauch/Livraria Rio-grandense, circulado em 1906. LHT.



**Figura 18** Vista panorâmica do Porto Velho e do casario da Rua Riachuelo, prédio da Alfândega, Mercado Público e Rincão da Cebola (direita). Livraria Americana, cerca de 1907. AL.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES (ORG.)



Figura 19 Trecho da Rua Riachuelo com barris nas proximidades da Alfândega. Livraria Americana, cerca de 1907. AL.



Figura 20 Porto velho e Rua Riachuelo a partir da Travessa do Afonso em direção a Estação Marítima. Livraria Americana, circulado em 1907. BV.



Figura 21 Porto Velho e Rua Riachuelo em primeiro plano. Cais de desembarque na Rua Coronel Sampaio. Livraria Americana. Cerca de 1907. Há um exemplar em p&b com esta imagem circulado em 1905. AL.



Figura 22 Porto Velho. Sem identificação de editor. Datado de 1908 e hipoteticamente emitido entre 1901-1902. A vista panorâmica se estende entre a as proximidades da Rua Almirante Barroso e se estende ao Rincão da Cebola. BV.



Figura 23 Muitas embarcações no Porto Velho e visão parcial da Rua Riachuelo. Edition de la Mission de Propagande, cerca de 1908. RMG.



Figura 24 Porto Velho e a Rua Riachuelo a partir da Rua Coronel Sampaio. Livraria Americana, 1905.



Figura 25 Porto Velho. Área entre a Doca do Mercado Público, os fundos da Câmara do Comércio e o início da Rua Riachuelo com o prédio da Alfândega. Editor Reimers (Hamburgo), circulado em 1905. BV.



Figura 26 Regata no Porto Velho. Versão em preto e branco do editor Caldonazzi. Circulado em 1905. BV.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES (ORG.)



Figura 27 Cerca de 1910. Porto Velho na Rua Riachuelo na altura da Rua Coronel Sampaio. Editor Phot. Teixeira/Miscelânea Rio-Grandense, cerca de 1910. BV.



Figura 28 Porto Velho com destaque para o cais e prédio da Alfândega. No lado direito é a Rua Andradas. Cartão circulado em 1910. Editor R. Strauch/Livraria Rio-Grandense. BV.



Figura 29 Porto Velho e trecho do Cais Rua Riachuelo. O movimento marítimo é intenso. O cais de concreto foi construído entre 1872-1876. Editor R. Strauch/Livraria Rio-Grandense. Circulado em 1910. BV.



Figura 30 Porto Velho e Cais da Rua Riachuelo em direção a Estação Marítima (a imagem do postal está invertida). Editor R. Strauch/Livraria Rio-Grandense, circulado em 1910. BV.



Figura 31 Cais de Porto Velho com um grande intenso fluxo de navios à vapor. Editor R. Strauch/Livraria Rio-Grandense, circulado em 1910. BV.



Figura 32 Porto Velho e casario da Rua Riachuelo observado de uma embarcação na Lagoa dos Patos. Editor R. Strauch/Livraria Rio-Grandense, editado entre 1905-1910. LHT.



Figura 33 Porto Velho com vários vapores atracados. Editor R. Strauch/Livraria Rio-Grandense. Cerca de 1910. BV.



Figura 34 Mercado Público e sua doca em fotografia a partir da torre da Alfândega. Na sequência, o trecho inicial é o Rincão da Cebola. Sem identificação de editor. Cerca de 1910. WA.

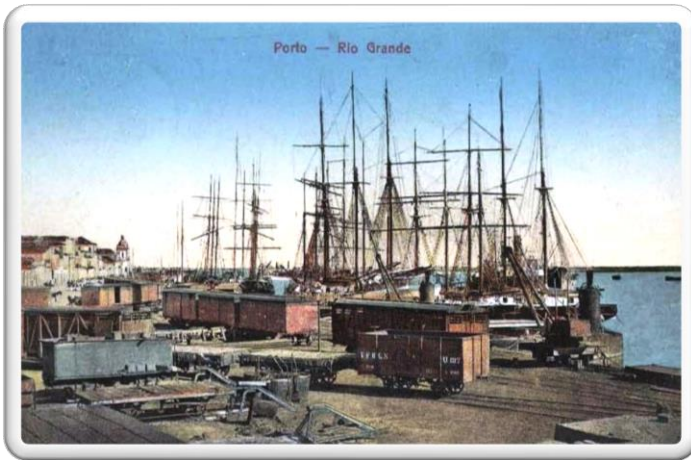


Figura 35 Estação Marítima inaugurada em 1888 (Linha ferroviária Rio Grande a Bagé). No lado esquerdo está o casario da Rua Riachuelo com a torre da Alfândega ao fundo. Editor R. Strauch/Livraria Rio-Grandense, circulado em 1912. WA.

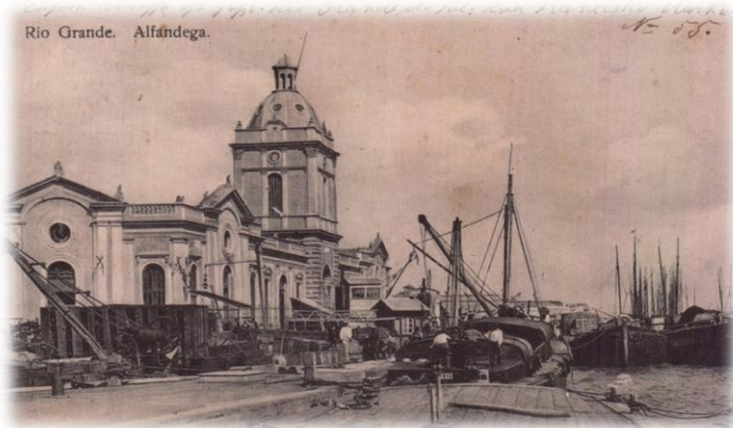


Figura 36 Porto Velho e prédio e cais da Alfândega. Editor Meira, cerca de 1914. BV.



Figura 37 Doca do Mercado Público com muitos iates/veleiros que traziam hortifrutigranjeiros e produtos coloniais para abastecer as casas comerciais. Sem identificação de editor, 1917. BV.



Figura 38 Porto Velho na Rua Riachuelo com a ampliação do Cais de concreto realizada pela Companhia Francesa do Porto do Rio Grande. Na década de 1920 foram construídos os armazéns. Livraria Americana, 1918. BV.



Figura 39 Porto Velho e Rua Riachuelo com destaque para o prédio da Alfândega, Coleção Livraria Americana, 1920. LHT.



Figura 40 Porto Velho e Rua da Alfândega na extensão da Rua Almirante Barroso até o prédio da Alfândega. Editor José Regina. Cerca de 1926. BV.



**Figura 41** Doca do Mercado Público e Banca do Peixe (banca de venda de pescado). As árvores são da Praça Xavier Ferreira junto a Rua General Osório. Editor Pitombo Lima, cerca de 1928-30. LHT



**Figura 42** Vários iates atracados na Doca do Mercado Público do Porto Velho do Rio Grande. Editor Pitombo Lima, 1928-1930. LHT.



Figura 43 Porto Velho. Navio de passageiros “Jenny Naval” que fazia a rota Rio Grande-Pelotas-Porto Alegre. Editor Pitombo Lima, 1928-1930. AL.



Figura 44 Rua Riachuelo e o Cais do Porto Velho com os armazéns construídos. Editor R. Strauch/Livraria Rio-Grandense, década de 1930. BV.



Figura 45 Mercado Público e sua doca onde atracavam os iates com produtos agrícolas e coloniais. Sem editor identificado. Década de 1930. BV.



Figura 46 Porto Velho e área central da cidade fotografado da torre da Igreja do Carmo. Na linha do horizonte a Ilha dos Marinheiros. Sem identificação de editor. Início dos anos 1940. LHT.



Figura 47 Mercado Público e Porto Velho. sem identificação de editor. Década de 1940. BV



Figura 48 Porto Velho no trecho da doca do Mercado Público e Rincão da Cebola. No horizonte a Ilha dos Marinheiros. Editor Casa Foto. Primeira metade da década de 1950. BV.



Figura 49 Vista do Porto Velho a partir da torre da Alfândega. Destaque para os armazéns (década de 1920) e os prédios edificadas entre as últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX. Editor Casa Foto, cerca de 1950. BV.



Figura 50 Porto Velho, armazéns e guindastes. Editor Casa Foto, cerca de 1950. BV.



Figura 51 Porto Velho. Trecho da Rua Riachuelo a partir do prédio da Alfândega. Editor fotógrafo Rubens. Cerca de 1950. BV.



Figura 52 Vista aérea do Porto Velho. No canto superior esquerdo trecho do Porto Novo. Sem identificação de editor, datado de 1955. BV.



Figura 53 Porto Velho a partir da área do atual CCMAR. À direita a chaminé do Gasômetro (atual área da CEEE). Sem identificação de editor. Década de 1950. BV.



Figura 54 Porto Velho no trecho da Alfândega até a Estação Marítima. Foto Postal Colombo. Datação: 1959-60. LHT.



Figura 55 Doca do Mercado Público e Rincão da Cebola, Foto Postal Colombo, cerca de 1959-60. LHT.



Figura 56 Porto Velho, Rincão da Cebola até a extensão do Bosque na parte superior da fotografia. O logradouro no centro da fotografia é a Avenida Silva Paes. Foto Postal Colombo. Datação:1959-60. LHT.



Figura 57 Vista aérea do Porto Velho no trecho da Alfândega até o início do Rincão da Cebola. Foto Postal Colombo, datado de 1960. LHT.

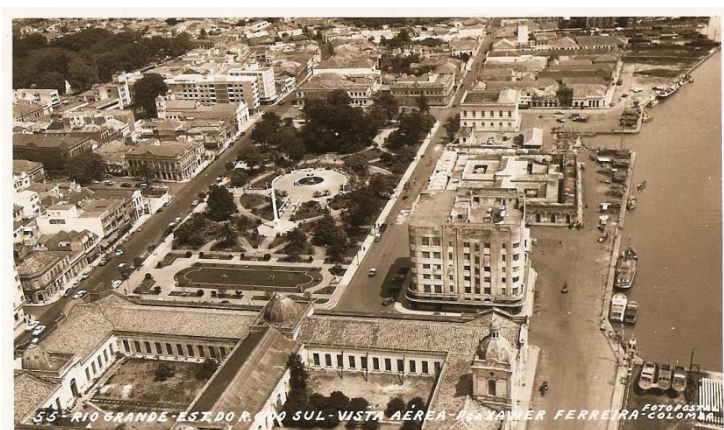


Figura 58 Porto Velho, entre Alfândega e trecho do Rincão da Cebola. Foto Postal Colombo, 1959-60. LHT.

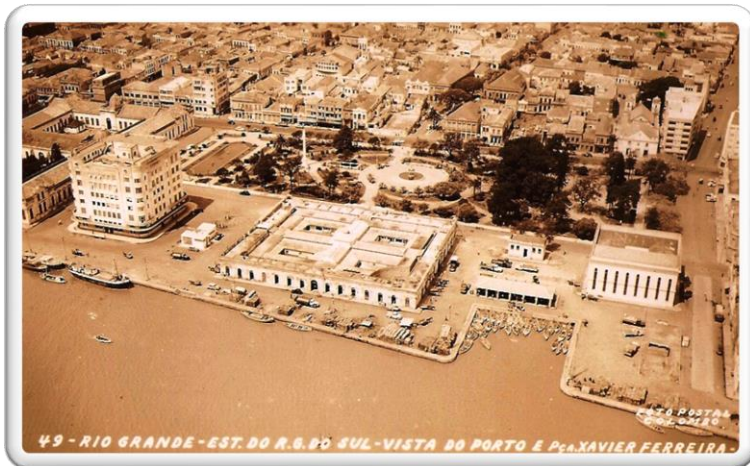


Figura 59 Porto Velho. Do prédio da Câmara do Comércio (esquerda), passando pelo Mercado Público, entreposto de pescado e prédio da Biblioteca Rio-Grandense (direita). Foto Postal Colombo. 1960. BV.



Figura 60 Porto Velho entre a Doca do Mercado Público e a extensão do Rincão da Cebola. Foto Postal Colombo. Datado de 1960. BV.

Nesta coleção de cartões, alguns dados imagéticos serão convertidos em tabelas quantitativas com as seguintes categorias: editores/nº de cartões; temas abordados; imagens aéreas ou terrestres; cartão fotográfico ou artístico; impressão p&b ou color; períodos de maior emissão.

### EDITORES/Nº DE CARTÕES

R. Strauch/Livraria Rio-Grandense	13
Livraria Americana	11
Foto Postal Colombo	7
Pitombo Lima	3
Meira	3
Casa Foto	3
Reimers	2
Caldonazzi	2
Rubens	1
Mission de Propagande	1
Bijou da Moda	1
José Regina	1
Photo Teixeira-Miscelânea	1
Sem identificação de editor	11
Total	60

### TEMAS ABORDADOS

Cais da Riachuelo e as embarcações	33
Prédio da Alfândega	28
Rua Riachuelo	22
Fachada dos prédios da Riachuelo	20

FRANCISCO DAS NEVES ALVES (ORG.)

Rincão da Cebola	17
Mercado Público e sua Doca	16
Armazéns do Porto Velho	9
Regata	4

**IMAGENS AÉREAS OU TERRESTRES**

Terrestre a partir do plano horizontal	35
Terrestre a partir de um plano elevado	17
Aérea	8
Total	60

**CARTÃO FOTOGRÁFICO OU ARTÍSTICO**

Fotográfico	57
Artístico ou Artístico a partir de foto	3
Total	60

**IMPRESSÃO**

P&B	42
Colorida	18

**PERÍODOS DE MAIOR EMISSÃO**

1897-1910	34
1911-1920	5
1921-1930	6
1931-1940	1
1941-1950	5
1951-1960	9

## Considerações

Estes sessenta cartões-postais, publicados entre 1897-1960, possibilitam encaminhar algumas interpretações que serão sistematizadas a partir da análise das quantificações das tabelas.

Treze editores (e quarenta e nove cartões) foram identificados sendo dez do Brasil (nove do Rio Grande do Sul e um de São Paulo) e três estrangeiros (Hamburgo, Paris e Itália). Em onze cartões os editores não foram identificados.

Os editores mais representativos foram R. Strauch/Livraria Rio-Grandense (fundada em 1887) com treze cartões e Livraria Americana com dez. São os dois maiores editores locais até a década de 1920. Ricardo Strauch é um dos pioneiros dos cartões-postais no Brasil e lançou mais de cem cartões com temas da cidade do Rio Grande. A Livraria Americana, com matriz em Pelotas e filiais em Porto Alegre e Rio Grande (fundada em 1885), editou coleções de postais de alta qualidade sobre temáticas urbanas e rurais do Rio Grande do Sul.

Todos os cartões têm fundamento no cenário portuário sem recorrer a criação artística dissociada do espaço e da temporalidade em foco. A maioria dos cartões (35) são imagens terrestres em plano horizontal e dezessete recorreram ao plano vertical de fotografarem a partir do alto de um casarão ou da torre da Alfândega. As imagens aéreas (aviões) foram apenas oito sendo sete delas do mesmo editor.

Os temas mais recorrentes foi o Cais da Riachuelo e as embarcações (33), o prédio da Alfândega (28), a Rua Riachuelo (22), a fachada dos prédios na Rua Riachuelo

(20), o Rincão da Cebola, o Mercado Público e sua Doca e os armazéns do Porto Velho. O Cais e a Rua Riachuelo e seu casario, o prédio da Alfândega e o Mercado Público são os referenciais essenciais para o movimento portuário e a circulação lagunar-marítima com portos estaduais e internacionais. Os cartões buscam ressaltar e divulgar estas estruturas materiais que possibilitavam o progresso econômico do comércio e da indústria.

O período com maior lançamento de cartões - entre 1897-1910 (34 postais), é coerente com o período de intensa difusão dos postais na primeira década do século XX quando os cartões-postais se tornam objetos de miniaturização de imagens do mundo e da ávida prática do colecionismo. Este período corresponde a um dos melhores momentos econômicos da história portuária local. Na década de 1930 (1 postal), o cenário econômico já evidencia uma decadência do comércio de exportação e importação. O período de 1951-1960 foi o segundo mais representativo, porém, sete dos nove cartões, são do editor "exógeno" Foto Postal Colombo, uma empresa de São Paulo que percorria cidades brasileiras para realizar fotografias aéreas. A cidade do Rio Grande foi contemplada por esta empresa, porém, sem representar uma retomada consistente na reprodutibilidade técnica por outros editores.

A impressão em Preto & Branco foi majoritária com 42 cartões frente a 18 Coloridos. Isto não surpreende, pois o custo financeiro da seleção de cores é superior e mais complexo. Alguns cartões foram editados em papel fotográfico buscando baratear custos e não recorreram a impressão em uma gráfica. O fotógrafo realizava a foto e reproduzia várias cópias para venda.

O levantamento pode estar incompleto frente a hipótese de que vários cartões podem estar guardados com colecionadores. Porém, os sessenta cartões arrolados/analizados evidenciam a relevância do Porto Velho do Rio Grande para o processo histórico local.

Cabe ressaltar que o cartão-postal é uma fonte histórica de natureza imagética resultado de escolhas objetivas e subjetivas do autor/empresa no congelamento de paisagens e construção de sentidos. Nesta direção, inúmeras e diferenciadas leituras podem ser realizadas em novas abordagens desta coleção de cartofilia aqui analisada.

## Fonte das imagens

AL - Alberto Lopes

<https://www.albertolopesleiloeiro.com.br/>

BRG - Biblioteca Rio-Grandense

BV - <https://bvcoleccionismo.lcl.br/>

CL - <https://www.conradoleiloeiro.com.br/>

EBAY - <https://www.ebay.com/>

FY - <https://www.filatelicajungesleiloes.com.br/>

LL - Levyleiloeiro

<https://www.levyleiloeiro.com.br/leilao.asp?Num=3839>

LHT - Luiz Henrique Torres

ML - Mercado Livre

RMG - <https://www.rmgouvealeiloes.com.br/>

WA - Walter Albrecht

Zeppelin - <https://www.leiloeszeppelin.com.br/>

## **Bibliografia**

ALVES, Francisco das Neves. *Porto e Barra do Rio Grande: história, memória e cultura portuária*. Porto Alegre: Corag, 2008, 2vs.

ALVES, Francisco das Neves & Luiz Henrique Torres. *Visões do Rio Grande: a cidade sob o prisma europeu no século XIX*. Rio Grande: FURG, 1995.

CORNEJO, Carlos & GERODETTI, João Emilio. *Navios e Portos do Brasil nos cartões-postais e álbuns de lembranças*. São Paulo: Solaris, 2006.

DOMEC, Monte. *O Estado do Rio Grande do Sul*. Barcelona: Estabelecimento Tipográfico Thomás, 1916.

PRADEL, Antonio. *Histórico da Barra do Rio Grande*. Rio Grande: Câmara do Comércio, 1979.

REVISTA TUDO. Rio Grande: Livraria Americana, 1935.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Economia e Sociedade do Rio Grande do Sul – século XVIII*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984.

TORRES, Luiz Henrique. *Memórias do Cais: o Porto Velho do Rio Grande*. Rio Grande: Furg, 2009.

\_\_\_\_\_. *História do Município do Rio Grande*. Rio Grande: Pluscom, 2015.

\_\_\_\_\_. *A Barra Diabólica: centenário da inauguração dos Molhes da Barra e do Porto Novo do Rio Grande*. Rio Grande: Pluscom, 2015.

VÁRIOS. *Impressões do Brasil no Século Vinte*. Londres: Lloyds Greater Britain Publishing Company Ltd, 1913.



# A tragédia do Terreiro do Paço na imprensa rio-grandina (fevereiro de 1908)\*

Reto Monico\*\*

## Introdução

O rei D. Carlos sobe ao trono em outubro de 1889, depois da morte de D. Luís, quatro semanas antes da proclamação da República no Rio de Janeiro. Nos primeiros anos do seu reinado tem que enfrentar várias crises, nomeadamente um grave conflito com a Inglaterra, provocado pelo *Ultimatum* do Governo de Lord Salisbury, em janeiro de 1890, uma crise financeira e económica.

No plano político, o rei volta ao rotativismo em 1893, isto é, a alternância no poder entre o Partido Regenerador, de Hintze Ribeiro, e o Partido Progressista, de José Luciano de Castro. Como escreve Fernando Rosas, estes dois partidos – «indistintos» do ponto de

---

\* Texto atualizado a partir de: MONICO, Reto. “Olhares suíços sobre o golpe militar de 1964 no Brasil”. In: *Historiae*, v. 7 n. 1, p. 175-202, 2016.

\*\* Doutor em História pela Universidade de Genebra.

vista político e ideológico — são «associações essencialmente clientelares e distribuidoras de sinecuras nos respectivos turnos de governação» (ROSAS, 2011, p. 23). Este sistema oligárquico exclui do poder a classe média urbana, os modernos partidos políticos<sup>21</sup>, e o emergente movimento operário.

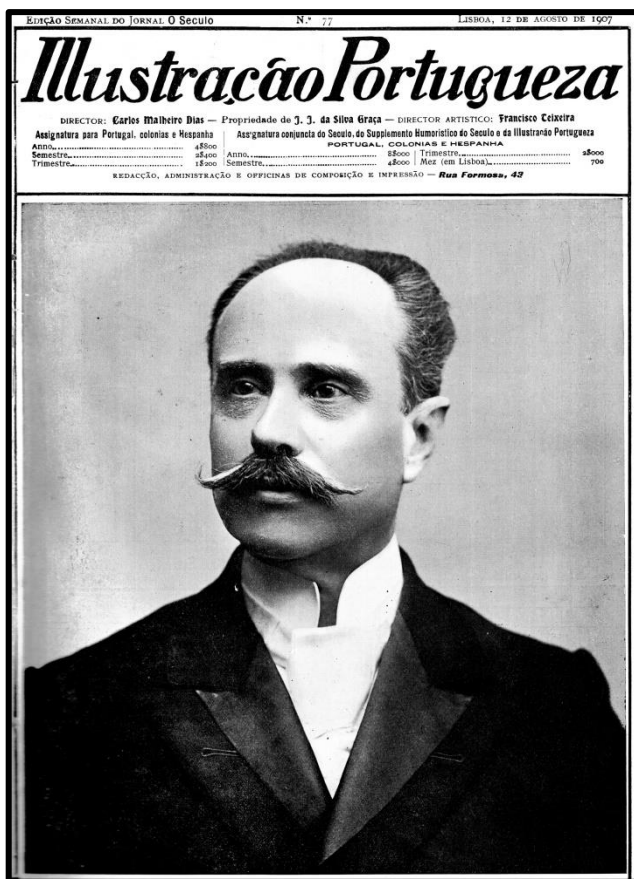
Por diversas razões [divisões internas<sup>22</sup>, contestação vinda «de baixo» (ROSAS, 2011, p. 17-20) por parte das classes médias e operárias sob a direção do PRP, sem esquecer os vários escândalos], o rotativismo entra na sua fase final na viragem do século. Por outras palavras, o regime não consegue reformar-se, bloqueando «a democratização do poder» (FERNANDES, 2014, p. 46) e aumentando os protestos, nomeadamente dos republicanos.

Em maio de 1906, o rei coloca então no poder João Franco, que, no entanto, não tem maioria parlamentar. É por isso que negocia o apoio do partido de José Luciano de Castro.

---

<sup>21</sup> O Partido Socialista é fundado em 1875; o Partido Republicano (PRP) no ano seguinte.

<sup>22</sup> Em 1901, João Franco funda o Partido Regenerador Liberal; em 1905, José de Alpoim a Dissidência Progressista.



**Fig. 1:** Hintze Ribeiro (1849-1907), chefe do Partido Regenerador. Presidente do Conselho de fevereiro de 1893 a fevereiro de 1897, de junho de 1900 a outubro de 1904, de março de 1906 a maio de 1906. [Ilustração portuguesa, 12 de agosto de 1907]



Fig. 2: José Luciano de Castro (1834-1914), chefe do Partido Progressista. Presidente do Conselho de agosto de 1886 a janeiro de 1890, de fevereiro de 1897 a junho de 1900, de outubro de 1904 a março de 1906. [Ilustração portuguesa, 16 de dezembro de 1907]

Franco quer implantar reformas, discutindo tudo no Parlamento. Um dos seus maiores objetivos é a transparência e a moralização da vida pública, mas as medidas de fundo não aparecem. Em novembro, aplica o primeiro destes dois adiantamentos à família real. A oposição monárquica – mesmo os que no passado autorizaram estes empréstimos – censura o Governo, e

os republicanos não deixam passar esta oportunidade para atacar o regime. A 20 de novembro, Afonso Costa é expulso do hemiciclo por ter dito e repetido: «Por muito menos crimes do que os cometidos por D. Carlos I rolou no cadafalso, em Franca, a cabeça de Luís XVI». O poeta Guerra Junqueiro publica um artigo muito violento no jornal portuense *A Voz Pública*, a 2 de dezembro, que lhe valerá uma multa de 50.000 réis, mas que não o impedirá de tratar o soberano de «porco»



Fig. 3: João Franco (1855-1929), chefe do Partido Regenerador Liberal. Presidente do Conselho, de maio de 1906 a fevereiro de 1908.  
[*Ilustração portuguesa*, 30 de dezembro de 1907]

A crise final rebenta na primavera de 1907, nomeadamente porque o Partido Progressista recusa continuar a apoiar o executivo. Logicamente, João

Franco devia cair, mas o rei decide dissolver o Parlamento sem convocar de imediato novas eleições. Este período (maio de 1907 – janeiro de 1908) é a chamada «ditadura de João Franco», termo que hoje pode parecer excessivo, sobretudo se pensarmos nas verdadeiras ditaduras dos anos 20 e 30 do século passado.

São, de qualquer forma, meses muito agitados, com a greve académica de Coimbra, que se transforma num movimento contra o Governo, na primavera de 1907. As polémicas suscitadas pelo decreto de 30 de agosto de 1907, que elimina as dívidas da Casa Real, decreto esse com o qual D. Carlos não está de acordo, deitam mais lenha na fogueira. Os outros partidos monárquicos e os republicanos lançam duros ataques contra o gabinete de Franco. Durante estes meses, não dão tréguas ao chefe do Governo, apesar do endurecimento das leis sobre a imprensa. Uma entrevista dada pelo monarca ao jornalista Jean Galtier e publicada pelo diário parisiense *Le Temps*, a 14 de novembro de 1907, na qual reitera o seu apoio a Franco e manifesta um certo desprezo pela oposição, acicata ainda mais os ânimos.

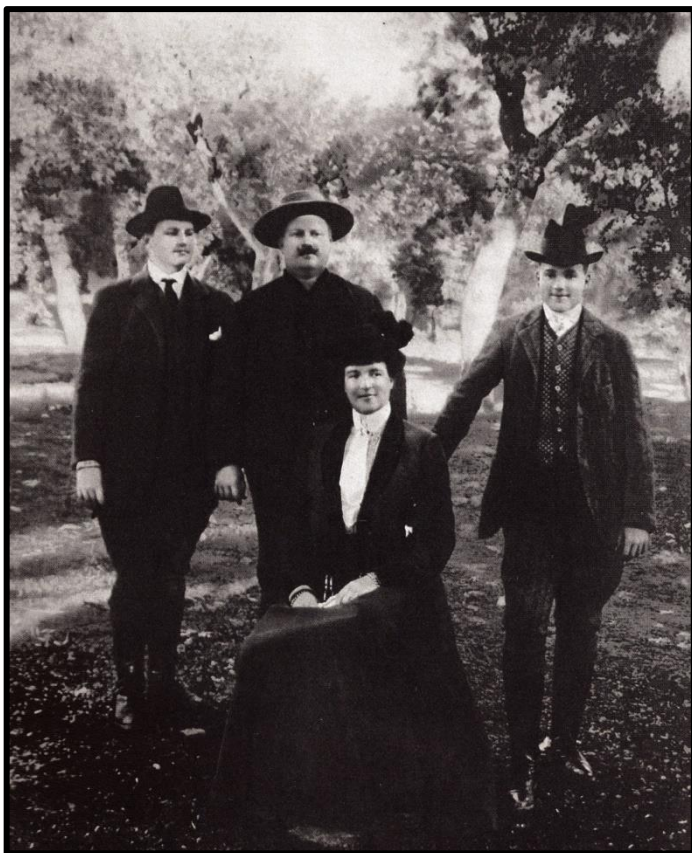


Fig. 4 : Família real em Vila Viçosa (final de janeiro de 1908) [Coleção particular]

O presidente do Conselho marca o novo ato eleitoral para o dia 5 de abril de 1908. Sabemos que, na altura, o partido do Governo ganhava sempre as eleições. Por isso, esta perspetiva assustava os dois partidos tradicionais e também o PRP. Com o rei no Palácio de Vila Viçosa, onde se dedica principalmente à caça, fracassa, a 28 de janeiro uma tentativa

revolucionária, nomeadamente porque os chefes da conspiração se reúnem junto ao elevador da Biblioteca, no Largo do Pelourinho, avariado há vários dias, o que leva o guarda do edifício a ficar intrigado por ver entrar tantas pessoas. Há tiroteio, algumas explosões, um polícia é morto e 120 pessoas são detidas. João Franco propõe, então, a D. Carlos, um decreto de expulsão dos revoltosos e a sua deportação para as colónias. Para os revolucionários, é a gota que faz transbordar o vaso.

\* \* \* \* \*

A 1.º de fevereiro, cerca das 17 horas, a família real, de regresso do Alentejo — onde, na véspera, o rei assinara o referido decreto — desembarca na Estação Fluvial da Praça do Comércio. Quando a carruagem real chega ao início da rua do Arsenal, é alvo de um tiroteio que acaba com a vida do rei e de D. Luís, o príncipe herdeiro. O futuro rei, D. Manuel, fica ferido, enquanto a rainha D. Amélia, sai ilesa. Dois regicidas, Manuel Buíça — que dá os golpes fatais com a sua carabina *Winchester* — e Alfredo da Costa — que dispara, pelo menos, dois tiros com a sua pistola, apoiando-se no estribo do *landau* —, são abatidos pela polícia, que mata também um inocente, João Sabino da Costa. Em poucos minutos, Lisboa transforma-se numa cidade fantasma.

A questão dos mandantes e da eventual participação de outros regicidas — fala-se de, pelo menos, quatro homens que estiveram no Terreiro do Paço — ainda hoje, mais de um século depois da tragédia, continua a aguardar uma resposta exata. Os dois regicidas eram membros de uma loja maçónica e tinham contactos com os chefes republicanos, mas não

sabemos, com certeza absoluta, por exemplo, se agiram sozinhos ou se faziam parte de uma mais vasta conjura. Todo o conteúdo do processo judicial acerca do crime do Terreiro do Paço desapareceu misteriosamente. Pensa-se, evidentemente, nos anarquistas, nos republicanos e também nos próprios partidos monárquicos, afastados do poder pela política de João Franco, graças ao indefetível apoio do rei.

Nos dias e meses seguintes ao drama de Lisboa, ninguém parece interessado em apurar a verdade. A palavra na moda é «acalmação», uma coligação de políticos não envolvidos com a ação de João Franco, que quer «acalmar» a vida política e à qual o novo rei dará a sua caução. Investigar os factos poderia implicar alguns membros desta nova coligação no poder, pois podiam ter algo que ver com a tragédia de 1.º de fevereiro.

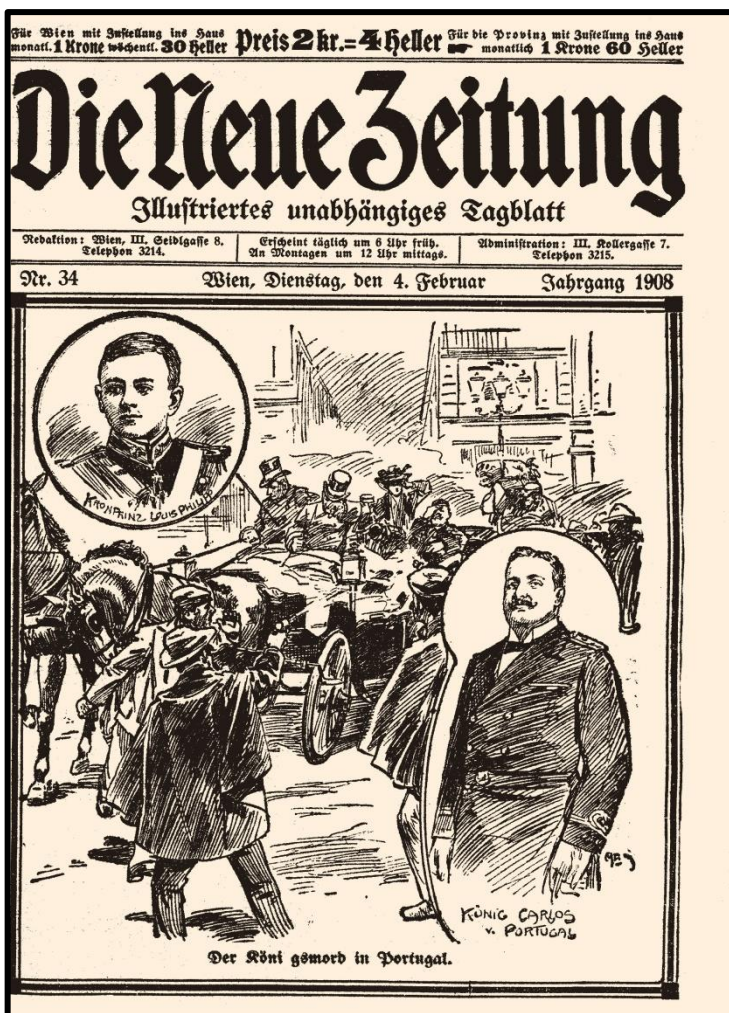


Fig. 5: Reconstituição do regicídio no vienês *Die Neue Zeitung*, de dia 4.



Fig. 6: Outra reconstituição, no suplemento ilustrado do parisiense *Le Petit Journal*, de dia 16.

D. Manuel, com apenas 18 anos, é nomeado rei. No dia seguinte, manda chamar João Franco e pede-lhe

que não contrarie a sua intenção de formar um novo Governo com os dois partidos rotativos, chefiados pelo contra-almirante Joaquim Ferreira do Amaral. É o fim da carreira política do último chefe de Governo de D. Carlos, que terá de sair do país três dias depois, rumando a Espanha, Itália e França. Uma parte da classe política considera-o culpado do sucedido por causa da sua intransigência política e por não ter sabido proteger a família real. Todos os seus decretos são anulados e os conspiradores de 28 de janeiro saem de novo em liberdade.

No mesmo dia, 2 de fevereiro, são embalsamados os corpos de D. Carlos e de D. Luís Filipe, cujo funeral se realiza seis dias depois. É preciso realçar o facto de que pouca gente parece chorar a morte do monarca. A imprensa lamenta, mas não condena o atentado. Por outro lado, muita gente visita, na morgue, os corpos dos dois regicidas mortos no Terreiro do Paço. As suas campas são cobertas de flores. Os seus retratos são vendidos nas ruas e podem ser vistos nas montras da Baixa lisboeta. A imprensa republicana promove uma subscrição para os filhos do homem barbudo de capote e carabina *Winchester*, Manuel Buíça, que, nos anos seguintes, os republicanos comemorarão como grande patriota, juntamente com Alfredo da Costa.

\* \* \* \* \*

Na primeira semana de fevereiro de 1908, o assassinato de D. Carlos e de D. Luís Filipe é manchete na esmagadora maioria dos periódicos do mundo inteiro. Durante alguns dias – cerca de duas semanas, se falarmos da imprensa brasileira e da espanhola também –, Portugal, praticamente esquecido depois da

crise do *Ultimatum* de 1890 pelos jornalistas da imprensa internacional, torna-se o centro do mundo (VIEIIRA & MONICO, 2007), graças à nova rede de transportes e de comunicações (telégrafos, cabos submarinos, navegação a vapor, caminhos de ferro) que reduz as distâncias entre países e continentes. Em poucas horas, as principais cidades do mundo estão ao corrente desta tragédia, como aconteceu, por exemplo, depois do atentado de Monza de 1900 – onde foi morto também, a tiro, o tio materno de D. Carlos – ou, em junho de 1903, depois do macabro atentado de Belgrado. «Alguns historiadores falam [...], para caracterizar esta época, de uma “primeira globalização”» (RAMOS, 2007, p. 5).

Em 1908, poucos jornais têm um correspondente permanente na capital lusa. Alguns residiam em Madrid. Logo que a notícia chega às redações, os principais jornais – nomeadamente os ingleses, os franceses, os espanhóis e os italianos – organizam a viagem de enviados especiais a Portugal, entre os quais há redatores, diretores, algum fotógrafo e até um desenhador, do semanário ilustrado inglês *The Sphere*. Não havendo fotografias do atentado, vários jornais publicam imagens do local do crime e das personagens mais importantes. Nos periódicos desta primeira quinzena de fevereiro encontram-se também muitas ilustrações que tentam reconstituir, de uma maneira mais ou menos fantasiosa, as circunstâncias do duplo regicídio.

Nº 28 1762 — (147<sup>e</sup> ANNEE) — 1762 Dimanche 2 février 1908

# Feuille d'Avis de Lausanne

**PRIX D'ABONNEMENT**  
En France 3 fr. —  
En Suisse 3 fr. 50 —  
En Belgique 4 fr. —  
En Angleterre 4 fr. 50 —  
En Espagne 5 fr. —  
En Italie 5 fr. —  
En Portugal 5 fr. —  
En Russie 6 fr. —  
En Amérique 7 fr. —  
Changement d'adresse 50 c.

**ET RÉSUMÉ DES NOUVELLES**  
PARAISANT TOUS LES JOURS EXCEPTÉ LE DIMANCHE

**PRIX DU NUMÉRO 5 CENTIMES**

**PRIX D'INSERTION**  
Comme dans le numéro  
50 c. la ligne ou son espace  
pendant le 1<sup>er</sup> jour et sans de la ligne  
après le 1<sup>er</sup> jour 1 fr. la ligne  
Après le 1<sup>er</sup> jour 1 fr. la ligne  
Après le 1<sup>er</sup> jour 1 fr. la ligne  
Après le 1<sup>er</sup> jour 1 fr. la ligne

Les Abonnements et Annonces sont payables d'avance — Les lettres et envois doivent être adressés  
Les numéros de tout des revues

Bureaux d'Administration et de Rédaction : Place de la Patud, 22, vis-à-vis de la fontaine

## RÉVOLUTION AU PORTUGAL

~~~~~

**Le Roi et le Prince royal tués.  
Le second fils du roi grièvement blessé.**

~~~~~

**Lisbonne, 2 février.**

Hier soir, samedi, comme le roi de Portugal don Carlos rentrait à Lisbonne avec sa famille, il a été accueilli par une fusillade.

Le roi et le prince royal ont été tués.  
Le second fils du roi a été grièvement blessé.  
La reine est saine et sauve.  
Trois des régicides ont été tués sur place par par la foule indignée.

L'émoi est énorme dans tout le Portugal. On craint un soulèvement général.

~~~~~

Le roi Carlos de Portugal, de la maison de Cobourg, était âgé de 44 ans. Il avait épousé la princesse Amélie d'Orléans, fille du comte de Paris.  
Il était depuis deux ou trois ans en butte à une hostilité très vive. Le Parlement portugais lui avait refusé une augmentation de sa liste civile. Sur quoi, il avait pris comme premier ministre M. Franco, qui, il y a près d'une année déjà, avait dissous le Parlement.  
Soutenu par le roi, M. Franco a gouverné toute l'année 1907 en dictateur. Pressé par l'opinion publique, il avait dû ordonner de nouvelles élections, qui devaient avoir lieu en mai. Mais, ces jours-ci, il avait fait arrêter ses principaux adversaires, du parti progressiste et du parti républicain.  
Il faut chercher dans ce mécontentement la cause, si non la justification du crime, qui, malgré tout, reste profondément odieux.

Fig. 7: Boletim do quotidiano suíço *Feuille d'Avis de Lausanne* distribuído logo na manhã de dia 2.



anarquistas —, na sua grande maioria, vêm em D. Carlos e em João Franco os principais responsáveis do sucedido. Alguns comentários deixam transparecer muita simpatia para com os assassinos.

Do outro lado do xadrez político, a imprensa conservadora e filo-monárquica defende com vigor a política do antigo presidente do Conselho, acusando tanto os republicanos como os partidos monárquicos do rotativismo de terem contribuído, em grande parte, para a degradação do clima político. Os jornais mais à direita acusam a política liberal de D. Carlos, que deixou demasiada liberdade aos antimonárquicos.

Só os periódicos liberais e alguns raros diários católicos ou de centro-esquerda dão uma visão mais matizada, procurando enumerar as responsabilidades dos vários atores da vida política portuguesa.

## 1. Luto na cidade<sup>23</sup>

A população de Rio Grande recebe a notícia do duplo assassinato no domingo, dia 2 de fevereiro, à hora do almoço. O *Eco do Sul* é o primeiro a informar, afixando à pedra e fazendo distribuir pela cidade o seguinte boletim, que reproduz um telegrama vindo da capital, onde a Legação portuguesa foi informada pouco depois da meia-noite:

---

<sup>23</sup> Jornais consultados : *Artista*, *Eco do Sul*, *Diário do Rio Grande*, *O Tempo*, *O Intransigente*.

GRAVE  
SITUAÇÃO DE PORTUGAL  
ASSASSINATO DO REI E DO INFANTE

*Boletim do «Eco do Sul»*

RIO, 2, (à 1 hora da tarde)

—O Rei D. Carlos e o príncipe herdeiro foram assassinados, às cinco horas da tarde de ontem, a tiros de carabina, no Terreiro do Paço, quando regressavam de Vila Viçosa.

O infante D. Manuel, filho do rei D. Carlos, foi aclamado soberano de Portugal.

A Rainha D. Amélia saiu incólume.

Faltam outros pormenores.

A legação portuguesa desta capital só recebeu estas notícias à 1 hora da madrugada.

—

N. da R. — Dada a importância do caso, telegrafámos para o Rio de Janeiro, pedindo a confirmação destas notícias, bem como pormenores, se os houver.

*O Intransigente*, na sua edição de dia 4, reivindica o facto de ter sido o primeiro jornal da tarde a circular na segunda-feira dia 3 e afirma ter afixado também o «primeiro recado» no domingo dia 2 à mesma hora que o *Eco do Sul*, acusando o colega de «má vontade contra esta folha»<sup>24</sup>. Por seu lado, *O Tempo*, como o diário de Pelotas *Reforma*, faz prova de muita prudência, porque espera a confirmação da notícia antes de difundi-la. Essa chega quando toda a gente já está ao corrente do sucedido.

---

<sup>24</sup> Na sua edição de dia 3, o *Eco do Sul* escreve que *O Intransigente* só informou o público a partir das 4 da tarde.

Para poder satisfazer os leitores, todos os diários rio-grandinos têm que aumentar a tiragem durante esta semana. No dia 3, o *Eco do Sul* vende rapidamente os mil exemplares que tirou a mais e, às 8 da noite, «tem que tirar uma segunda edição para atender aos compradores que afluíam em massa» à oficina do jornal e também para serem vendidos fora da cidade. No dia seguinte, todos os números são vendidos. Naquele dia, algumas pessoas lucraram com este interesse do público porque compraram muitos exemplares ao preço de 100 réis, jornais que foram vender em outras zonas da cidade pelo dobro!

O *Tempo*, a 8, escreve também que as edições dos dois dias anteriores, com os retratos de D. Carlos e de D. Luís a 6 e de D. Amélia e de D. Manuel à 7, se esgotaram rapidamente. A 11, o mesmo jornal assinala que à porta do escritório estão expostos «um desenho topográfico do desembarque ao local do atentado», retratos de D. Manuel, do novo chefe do Governo, Joaquim Ferreira Amaral, e de outros políticos portugueses: «Esses desenhos têm atraído muitíssimo a curiosidade pública».

O público rio-grandino, informado rapidamente e com algum pormenor sobre os trágicos acontecimentos que decapitaram a dinastia brigantina, reage com estupor e tristeza e, já no dia 2, manifesta o seu pesar quer no livro de condolência do consulado, quer diretamente ao Cônsul Machado, o qual, na tarde do mesmo dia, visita as várias redações para lhes comunicar nomeadamente a confirmação da veracidade dos factos.

Mas as manifestações de pesar são muito mais numerosas. O Cassino suspende os divertimentos, muitas lojas (e não só as de portugueses) fecham durante três dias, a banda municipal também decide cancelar os

concertos. A 3, uma reunião da «diretoria e conselho da Associação dos Empregados no Comércio é encerrada em homenagem ao lutuoso sucesso de Lisboa»(*O Intransigente*, 4 de fevereiro). Muitos edifícios põem os pavilhões a meia haste: todas as repartições públicas, federais e municipais, os navios no porto, sociedades, como o Clube carnavalesco ou o Clube Saca-Rolhas, os vários consulados, várias casas comerciais e muitas casas particulares.

Os representantes da colônia portuguesa, da Sociedade Portuguesa de Beneficência e do Congresso português reúnem-se quarta-feira, dia 5. Propõem construir uma enfermaria denominada D. Carlos I e de «mandar celebrar exéquias no 30.º dia da morte trágica daquele príncipe, atendendo ao caráter religioso do povo português» (*Eco do Sul*, 6 de fevereiro). Naquela mesma noite, abrem uma subscrição, que em pouco tempo chega a 5 contos de réis.

Os diários consultados dão também notícias das reações em outras cidades, e nomeadamente em Pelotas, Bagé, Porto Alegre e, naturalmente, no Rio de Janeiro: as manifestações de pesar são comparáveis àquelas que ocorrem na cidade de Rio Grande. Na capital do Estado, onde a notícia chega às 3 da madrugada de domingo, por exemplo, nas sedes dos vários jornais a bandeira brasileira é hasteada em funeral. Sempre em Porto Alegre, a «Associação dos empregados no Comércio retirou as bandeiras que tinha posto para festejar o seu aniversário e pôs a meia haste o seu estandarte» (*Diário do Rio Grande*, 6 de fevereiro). Uma sociedade dramática adia a sua representação de uma semana (*O Tempo*, 6 de fevereiro).

Esta tristeza, estas manifestações de pesar nestas cidades do Sul do Brasil contrastam visivelmente com o ambiente que encontram os correspondentes que chegam a Lisboa poucos dias depois do regicídio: «O povo português parece que acolheu com total indiferença a morte do seu monarca. E parece também que essa indiferença se alarga a todos», escreve, por exemplo, o diretor do *ABC* de Madrid numa carta enviada de Lisboa, a 6 de fevereiro.

## 2. Nada justifica o crime

Todos os cinco diários condenam o duplo atentado, sem nenhuma reserva, como *O Tempo*, de dia 3, que fala de «nefando atentado» e de «bárbaro assassinato» ou o *Eco do Sul* no editorial de 3 de fevereiro. Não existe nenhuma ideia, nenhuma ideologia que possa fundamentar tal crime:

Qualquer triunfo ganho por tal preço, não significa isso, mas apenas derrota brutalíssima no campo ubérrimo da moral. [...]

Não temos expressões bastante severas para verberar o nefando crime, como igualmente não possuímos frases satisfatoriamente precisas para testemunhar todo o nosso sentimento de profundíssimo pesar pela morte trágica de D. Carlos e seu filho.

O mesmo quotidiano, no dia seguinte, denuncia «o crudelíssimo choque, que veio abater o ânimo varonil da gloriosa Lusitânia», nação irmã pelo sangue e «pelo

belo idioma». Eles não mereciam esta morte, continua o articulista, que recusa a violência como arma de combate político, citando, como dois exemplos, a queda de D. Pedro II em 1889 e, também, «a força de vontade férrea dos 40 conjurados» que, em 1640, derribaram «o jugo de Castela».

A 5, o *Eco do Sul* volta ao assunto para defender a ideia republicana, que é «popular», que se impõe na base de «soluções conciliatórias», sempre «contrárias aos meios violentos». O sangue derramado não pode estar na origem de «nenhum princípio».

Nesta ampla condenação dos autores dum plano «tão tenebroso» (*Diário do Rio Grande*, 4 de fevereiro), os vários analistas tentam perceber quem foram os assassinos. O povo português não tem culpa, afirma o *Diário de Rio Grande*, também a 4, que não pode imaginar que os assassinos sejam portugueses. Se é português, afirma o mesmo editorialista, então este indivíduo «não pode possuir um espírito são» e terá andado em conflito com o coração da alma lusa.

O *Artista*, dois dias depois do regicídio, é mais categórico: «Felizmente, não foram portugueses os autores dessa selvajaria, que degrada essa raça de homens, que são o produto das mais funestas das seitas, regozijando-se com a desgraça que enluta milhares de corações, dominados pelas dores mais martirizantes». Os autores são os anarquistas perversos e fanáticos.

Da mesma opinião é *O Intransigente* que acusa também o anarquismo de ter sido «o principal fator do trágico acontecimento» (*O Intransigente*, 3 de fevereiro). Esta hipótese permite ao jornalista declarar que os republicanos ficam livres «dessa mancha». Dez dias mais tarde, o mesmo periódico publica um longo artigo sobre

o mesmo tema. Embora não se tenha apurado a verdade, o facto dos republicanos terem sido «postos em liberdade» confirma que este jornal tinha razão em defender os chefes republicanos portugueses. O articulista escreve mesmo que *O Intransigente* foi «o único jornal que, nesta cidade, não lançou a responsabilidade do monstruoso delito aos democratas, atribuindo-o de preferência ao anarquismo».

Este jornal, como vimos, não é o único a falar da responsabilidade dos anarquistas. Porém é neste diário que encontrei a hipótese de os «próprios partidos monárquicos adversos à política opressora do chefe do gabinete que instituiu a ditadura» terem tido um papel na organização do trágico evento.

O editorialista conclui a sua análise sublinhando, como por toda a parte, que a instituição monárquica «atravessa a crise final». As famílias reais só ficam no poder graças à força militar.

Na sua edição de dia 8 de fevereiro, o *Eco do Sul* está convencido, como Guerra Junqueiro, que este atentado irá atrasar «por muitos anos o advento da república em Portugal». Os «recursos extremos» adotados pelo Governo, dirigido por João Franco, eram uma prova de que o regime estava à beira do fim e que «o triunfo inevitável dessa causa liberal», estava a chegar. Mais uma razão para reprovar energicamente o crime cometido:

Mas a nada atenderam os fanáticos, que os há em todas as agremiações.

Quiseram eles, insensatamente, apressar, por meios violentos e incompatíveis com a natureza

da causa esposada, o grandioso evento da proclamação da república.

E, assim vieram prejudicá-lo visceralmente, não só pela odiosidade que o regicídio despertou dentro e fora de Portugal, como pelos efeitos contrários que determinou, perante as medidas de represália e a condenação numerosa de muitos republicanos ilustres não inclinados ao exercício de processos criminosos para obtenção de fins puros e alevantados.

### 3. D. Carlos

Como muitos periódicos mundiais, também os da cidade de Rio Grande publicam vários comentários e breves biografias sobre o rei assassinado. Todos falam da grande cultura e dos seus dotes de artista, nomeadamente na pintura, nos estudos oceanográficos e no campo das letras, como da música, além das suas qualidades como atirador e como desportista. Era também um espírito liberal e tolerante, nota o *Diário do Rio Grande*, que cita como exemplo o facto do rei falecido ter apreciado certos escritores como Guerra Junqueiro ou Luís de Magalhães, apesar de estes terem sido seus adversários decididos.

D. Carlos teve também que enfrentar várias crises políticas, nota o *Artista*, a 12 de fevereiro. «Venceu-as todas, pela persuasão, pela sedução, pela repressão nunca inclemente», afirma o editorialista rio-grandino, que também põe em evidência o facto de Portugal ter conseguido «manter as suas colónias» em África. Apesar do plano inglês, «o Governo português conseguiu pela

diplomacia salvar as conquistas». O ex-rei teve uma «indispensável» educação militar, mas, contrariamente a outros monarcas do continente, nunca foi «um soberano militarista».

*O Tempo*, a 7, realça também as dificuldades, «que surgiram de todos os lados», nos primeiros anos do reinado deste rei inteligente, grande orador, «bondoso, popular e, por fim, mártir». Por outro lado, o jornalista considera que as campanhas da África — onde o povo português pode dar prova das «qualidades altas e sublimadas que o tinham assinalados na história» — marcaram «o primeiro estádio glorioso do seu reinado» e surgiram «no momento em que se tornava urgente e inadiável esta divisa nacional: esperança no futuro».

Inevitavelmente, os analistas tratam dos factos mais recentes e, nomeadamente, do último ano, com o regime de ditadura já referido. O *Artista*, no artigo acima citado, é muito prudente: «Não conhecemos bastante as coisas e os partidos políticos de Portugal para de tão longe julgar com segurança a recente crise em que se achou o reino». Segundo este editorialista, D. Carlos «só procurava o bem do povo» para aliviá-lo e para combater o clientelismo partidário. Afinal, não foi negativa:

A ditadura, e usamos do nome dado à situação, tem sido mais administrativa do que política; fizeram-se reformas, não se fizeram direitos constitucionais.

Sob uma forma irregular, pode-se muitas vezes fazer coisas úteis e boas.

Só ao povo português cabe julgar do que é e do que deve ser melhor.

É o *Eco do Sul* que publica os comentários mais críticos, embora não virulentos, como em alguns periódicos europeus, em relação à política dos últimos meses. A 6, depois de ter condenado o «horrível» atentado, lança um aviso aos ditadores e aos que pensam adotar estes métodos:

Conquanto o hediondo complot anti-realista a todos confranja, provocando a indignação enérgica dos corações bem formados, servirá ele, no futuro, de bússola segura para nortear a diretriz aos governantes que procurarão, do alto da sua onnipotência, fazer predominar o princípio brutal da força, em detrimento das aspirações da massa coletiva.

Os tempos mudaram, os povos evoluíram e não podem ser «tratados como as tribos bárbaras ou os povos semiselvagens». Estamos em «pleno domínio da luz» e os métodos «opressivos» não se justificam, e provocam «desespero»: período do «*quero, posso e mando* já passou». Portugal não é a Rússia.

Porém, o jornalista acha que o que «D. Carlos fez de censurável» corresponde à «meia-dúzia de más ações» dos verdadeiros déspotas. Durante o seu reinado, por exemplo, o sangue português foi poupado». Este rei «bom e abnegado» não merecia ter morrido assim.

No dia seguinte, o mesmo diário volta a falar do ex-soberano português, que teve, como todos, as suas fraquezas. Os erros que cometeu foram devidos quer à precipitação, quer à teimosia, que aos maus conselhos:

Dizer que D. Carlos era mau, no sentido perfeito do vocábulo, é não conhecê-lo ao fundo, a través dos seus atos ou da sua vida mais exposta ao juízo alheio.

Se, no último ciclo do seu Governo cometeu severidades, estas explicavam-se no profundo receio que lhe trabalhava o ânimo, de ver ruir o trono que lhe fora solenemente confiado.

Mal inspirado, quis D. Carlos sustentar com rigorismo o que talvez conseguisse manter com brandura.

Daí, a dissolução do parlamento, a perseguição à imprensa e aos republicanos, as prisões políticas e outras anormalidades sugeridas por João Franco e sancionadas por S. M. Como o único remédio capaz de resolver a crise do velho reino lusitano.

O articulista lamenta o facto de o rei não ter ponderado outras opções, de não ter liberalizado o sistema político, e não ter visto o que aconteceu, no passado, aos governantes que se quiseram impor pela força da tirania e do absolutismo. Foi «um erro imperdoável» que fez crescer o descontentamento «em volta da sua pessoa».

## **João Franco**

Três jornais rio-grandinos debruçam-se sobre as responsabilidades do último chefe do Governo de D. Carlos. O *Eco do Sul*, a 5, admite que o Governo de João Franco foi prepotente e que tomou medidas excepcionais, mas o chefe do Governo agia com o apoio do soberano: por conseguinte, «as responsabilidades

subdividem-se». No entanto, eles agiram para defender as instituições, tal como, no Brasil, a tropa defende o regime republicano. Eles não podiam, afirma ao diário, entregar, sem mais nem menos, o poder aos republicanos. O articulista não quer defender «as perseguições e as violências» atribuídas ao último Governo português, mas quer demonstrar que, tanto D. Carlos, como João Franco, «agiram arrastados pela força das circunstâncias e tanto mais se excederam nos atos de exorbitância quanto mais se ativaram os processos de sapa para demolir o trono bragantino». Reitera, mais uma vez, a sua reprovação pelo duplo assassinato mesmo se este abrisse o caminho para favorecer «a vitória da República».

No número seguinte, o mesmo jornal parece mais firme nas suas acusações contra a política do Governo de João Franco:

Predominando embora as razões que ontem concatenámos para condenar o vil massacre do rei D. Carlos e de seu filho Luís Filipe, devemos convir que a imprudência do Governo português, pretendendo instituir o regime de escravidão, cooperou diretamente para a vigência de uma situação crítica, durante a qual desapareceram os últimos vislumbres do respeito à lei e ao princípio da autoridade.

*O Tempo*, na sua edição de dia 8, louva a «energia» e a «lúcida inteligência» do ex-presidente do Conselho. João Franco era «honesto», mas «violento». Por outras palavras, quando chegou ao poder em 1906, demonstrou que era ele que mandava e que não teria

hesitado em tomar medidas, se elas tivessem sido necessárias. Depois de um ano durante o qual Governou respeitando os princípios constitucionais, com a dissolução do parlamento pôs o pé numa engrenagem que iria acabar no dia 1 de fevereiro:

O que foi o Governo franquista, as arbitrariedades que praticou no período ditatorial, conhecemos todos pela grita que, quotidianamente, se levantava na nação irmã. João Franco, enérgico em extremo, era inflexível, e os espancamentos de populares, as prisões de deputados, quer monarquistas, quer republicanos, sucediam-se, e o resultado final desta campanha, intentada por João Franco para se conservar no poder, teve o trágico e sinistro desfecho no covarde assassinato do soberano português e do seu augusto filho.

Também acusatório é o comentário de *O Intransigente*, de dia 14. O jornalista refere-se à frase dita por D. Amélia ao ainda 1.º ministro, quando este visita os cadáveres régios. A rainha ter-lhe-ia pedido que contemplasse o «resultado da sua obra». Neste caso, parece evidente que a ditadura franquista é a principal responsável pelos trágicos acontecimentos. O jornal lamenta este desfecho porque:

A política opressora do primeiro ministro só podia aproveitar à causa dos republicanos, porque enfraquecia o trono, excitando contra a dinastia os partidos monárquicos adversos a essa política de perseguições e que consideravam o Rei como o principal responsável pelos desastres

desse Governo, acusando-o de se deixar dominar por completo pelo fator principal das medidas de opressão postas em prática.

A República podia ter nascido graças a estas circunstâncias e, dessa forma, podia corresponder às aspirações dos «heroicos republicanos portugueses» que preferem o «terreno nobre das ideias» aos métodos odiosos e aviltantes do assassinato político.

## 5. D. Amélia

A imprensa de todo o mundo realça a atitude corajosa da bisneta de Luís Filipe. Os jornais do Rio Grande põem em relevo a sua cultura, os seus dotes de aquarelista, o seu gosto literário, a sua bondade, as suas atividades filantrópicas. São textos ainda mais hagiográficos do que os que falam do rei assassinado, como provam os dois poemas publicados a 11 e a 15 pelo *Artista*:

### À Rainha D. Amélia

No Terreiro do Paço, às cinco horas da tarde,  
Quando da coronal o brilho já não arde,  
Na luz crepuscular em que o frio povoa  
O confuso vai e vem das ruas de Lisboa,  
Da Família Real desliza a carruagem  
Por entre a multidão, que se curva à passagem  
Da Rainha, de El-Rei, do Duque de Bragança  
E do Duque de Beja, ainda uma criança.

Nisso, um grupo feroz, como um tufão violento,

Investe impetuoso, infernal, truculento,  
E a tiros de espingarda e revólver – expiraram  
D. Carlos e D. Luís...

Ah! mas enquanto atiram  
Contra a Família Real, uma cena gloriosa  
Faz recuar de assombro a multidão curiosa:

A sagrada Rainha, Esposa e Mãe, no instante  
Em que sente baleado o coração amante  
E o seio maternal, como se uma só bala  
Sugasse todo o mel que o sentimento exala  
– Sem desprender um ai, sem soltar um gemido  
Ergue-se, resguardando o filho estremecido!...

Sublime de valor, divina de heroísmo,  
Foi um raio de luz nas trevas de um abismo.

MUCIO TEIXEIRA  
*Rio, 2 de fevereiro de 1908*

### **A D. Amélia**

Mãe dolorosa! Esposa meiga e pura!  
Maldito o Crime ignóbil e perverso  
Que o vosso coração traz hoje imerso  
No pranto de tão grande desventura!

Senhora! A musa trémula procura  
Vencer a dor que lhe embaraça o verso.  
Não há maior tortura no universo  
Que a vossa cruel e trágica tortura.

Mortos nos braços ver o filho e o esposo

FRANCISCO DAS NEVES ALVES (ORG.)

Que transe pode haver mais doloroso  
Que esse que atinge as raias do delírio?

Todas as dores vossa dor suplanta...  
Para que fôsseis totalmente santa  
Só vos faltava a palma do martírio.

GYRANO & C.  
(Emílio de Menezes)

## Breve nota final

O duplo regicídio de Lisboa ocupa, durante vários dias, as primeiras páginas dos jornais rio-grandinos. Em frente das redações, param muitas pessoas para receberem as últimas informações vindas de Lisboa. Contrariamente a Portugal, há muitas manifestações de pesar, devidas, em parte, à forte presença da colónia portuguesa no Sul do país.

Todos os periódicos condenam, sem reservas, o trágico desfecho da crise política e nenhum articulista justifica a violência política. Num país republicano, encontram-se numerosos artigos muito elogiosos para com o rei defunto. Todos lamentam a sua morte e a de Luís Filipe, e admiram a coragem da rainha.

Além dos regicidas e dos anarquistas, o único que recebe algumas críticas é João Franco, cujas medidas liberticidas são consideradas, pelo menos por dois jornais, como estando na origem do trágico evento. Todos pensam que este duplo crime afastará por muitos anos a possibilidade de instaurar uma república em

Portugal. Se tal não tivesse ocorrido, a Monarquia, obrigada a recorrer a métodos violentos e anticonstitucionais por causa das suas próprias fraquezas, teria acabado por ser vencida, sem combate.

À procura de culpados, quase todos recusam a ideia de serem de nacionalidade portuguesa, e, na defesa do ideal republicano, afastam também a hipótese de os autores pertencerem ao Partido Republicano Português. Se os anarquistas aparecem como os primeiros e principais acusados pelos analistas rio-grandinos, *O Intransigente* fala também da responsabilidade dos partidos monárquicos, adversários de João Franco. Hoje, mais do que um século depois do atentado da Praça do Comércio, não há ainda uma resposta clara e unívoca a esta pergunta.

### **Breve nota bibliográfica:**

FERNANDES, Paulo Jorge. «A vida política», in TEIXEIRA, Nuno Severiano [Coord.]. *A crise do Liberalismo*. Lisboa: Fundación MAPFRE, 2014, p. 46. (3º volume da *História Contemporânea de Portugal* dirigida por António Costa Pinto e Nuno Gonçalo Monteiro).

MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal. Da Monarquia para a República*, Lisboa, Editorial Presença, 1991.

MEDINA, João. *A Monarquia Constitucional*. Alfragide: Ed. Ediclube, 1993.

MONICO, Reto. «O Régicídio na imprensa suíça», in MESQUITA, Mário [org.] *Territórios do Jornalismo, Caleidoscópio*, nº 5/6 (2004/2005), p. 253-263.

MONICO, Reto. *Suisse-Portugal: regards croisés (1890-1930)*. Genebra: Société d'Histoire et d'Archéologie de Genève, 2005.

NETO, Rui Manuel da Costa. «O Regicídio de 1908», in *História*, 11/1996, p. 11-15.

PROENÇA, Maria Cândida. *D. Manuel II*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

RAMALHO, Margarida Magalhães. *Rei D. Carlos – Fotobiografias Século XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.

RAMOS, Rui. «Prefácio. Os reis não morrem sozinhos», in VIEIRA, & MONICO, 2007, p. 5-13.

RAMOS, Rui. *A Segunda Fundação*, Lisboa, Presença, 1995.

RAMOS, Rui. *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal (1884-1908)*. Lisboa: ICSS, 2001.

RAMOS, Rui. *D. Carlos*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

ROSAS, Fernando. «A queda da Monarquia», in ROSAS, Fernando & ROLLO, Fernanda [coord.]. *História da Primeira República portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, 2011, p. 23.

SAMARA, Maria Alice & TAVARES, Rui. *O Regicídio*. Lisboa: Tinta da China, 2008.

VIEIRA, Joaquim & MONICO, Reto. *Mataram o Rei! O regicídio na imprensa internacional*. Lisboa, Pedra da Lua, 2007.

VICENTE, Ana & VICENTE, António Pedro. *O Príncipe real Luis Filipe de Bragança, 1887-1908*. Lisboa: INAPA, 1998.



# COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação preñe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



UNIVERSIDADE  
**AbERTA**  
www.uab.pt

Cátedra CIPSH  
de Estudos Globais  
2020-2025



BIBLIOTECA  
RIO-GRANDENSE



ISBN: 978-65-5306-127-9